

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
Mestrado**

Paula Fronza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates

**Programa Bolsa Família:
contribuições para o
enfrentamento à pobreza**

Porto Alegre
2010

Paula Fronza

Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Porto Alegre
2010

Paula Fronza

Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 31 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates – Orientadora
Faculdade de Serviço Social – FSS
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto
Faculdade de Serviço Social – FSS
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof.^a Dr.^a Cristiane de Oliveira Pereira
Faculdade de Tecnologia Saint Pastous – FSP
Sistema Educacional Galileu – SEG
Centro Integrado de Preparação do Estudante Ltda – REDE CIPEL

*Dedico esta dissertação
a todas as famílias, em especial a minha e
de modo particular ao meu marido e meu filho.
Maurício e Piero, amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus por tudo que tem me dado,
espero ser merecedora de tantas graças,
a começar pelo marido maravilhoso e filho lindo.*

*Me faltam palavras para descrever,
tamanho o meu amor por eles.*

*Agradeço a ajuda e compreensão
nesse período de estudo em que
precisei deixá-los um pouco de lado
para me dedicar a este trabalho,*

a colaboração do Maurício foi essencial.

Agradeço às colegas do NEDEPS e do GETEMPP

*que acompanharam e participaram
da minha trajetória acadêmica,*

*de modo particular a minha orientadora Jane
por iluminar as discussões com conhecimento e sabedoria*

e também a Prof.^a Leonia que

sempre me recebeu de braços abertos.

Fiz muitas amizades verdadeiras nesse espaço

de troca de conhecimentos e sentimentos,

a todas meu muito obrigada!!!

Agradeço a todos que colaboraram com a pesquisa:

*FASC, Assistentes Sociais, beneficiários do Bolsa Família,
CAPES, FSS/PUCRS, professores, secretárias(os) entre outros.*

MUITO OBRIGADA!!!!

RESUMO

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pelo governo Lula como programa de transferência de renda com o objetivo de combater a pobreza, de modo principal a fome, seguindo as prerrogativas expressas na Declaração do Milênio assumidas junto com outros países e a ONU. A pobreza apresenta múltiplas facetas, devendo ser vista e trabalhada sobre diferentes olhares para romper esse ciclo vicioso. Buscou-se, com esta pesquisa, investigar se a inclusão dos cidadãos no programa social Bolsa-Família efetivamente contribui para o enfrentamento à pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários. Foram coletados dados qualitativos com 3 profissionais e 4 famílias beneficiárias e dados quantitativos com 103 famílias residentes em 7 bairros de Porto Alegre. Os resultados mostram que na percepção dos entrevistados houve uma melhora significativa nas situações de vida das famílias. A participação em atividades de grupos, reuniões, entre outras, revelou-se significativa com relação a percepção de melhoria na situação de vida das famílias, salientando a importância do envolvimento para o desenvolvimento da autonomia e emancipação. Pontos fortes e fracos do PBF são revelados de modo que sejam potencializados ou reestruturados para que atinja plenamente seus objetivos, combatendo a pobreza em suas diferentes formas na construção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Pobreza. Programa Bolsa Família. Proteção Social.

ABSTRACT

The Bolsa Família program was created in 2003 by the Brazilian President Lula as a cash transfer program aiming to reduce poverty and hunger, following the United Nations Millennium Declaration. Poverty is multifaceted and should be seen and worked on different ways to break its vicious cycle. The objective of this study is to investigate whether the inclusion of citizens in the Bolsa Família program effectively contribute to combating poverty and increasing beneficiaries autonomy. Qualitative data were collected with 3 professionals and 4 beneficiary families and quantitative data were collected with 103 families of 7 Porto Alegre districts. The results show that the respondents perceive a significant improvement in the life situations of the families. Participation in group activities, meetings, among others, were significant related to life situation improvement perception of the families, emphasizing the importance of engagement for the autonomy and emancipation. Strengths and weaknesses of the Bolsa Família program are revealed so that should be strengthened or restructured to fully achieve their goals, combating poverty in its different forms and building a more egalitarian society.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
Jo – Evangelho segundo São João
Mc – Evangelho segundo São Marcos
Mt – Evangelho segundo São Mateus
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NASF – Núcleo de Apoio Sócio-Familiar
NOB – Norma Operacional Básica
PBF – Programa Bolsa Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Características das concepções de pobreza.....	22
Quadro 2 – Experiência brasileira no campo das políticas de satisfação de necessidades básicas.	28
Quadro 3 – Orientações do Programa de Garantia de Renda Mínima.....	33
Figura 1 – Menino comendo migalhas no chão.....	34
Figura 2 e 3 – Senhor catando comida no lixo.	34
Gráfico 1 – Linha histórica da pobreza e indigência no Brasil de 1990 a 2005 ...	36
Figura 4 – Identidade Visual do Programa Bolsa Família.	38
Figura 5 – As oito metas do milênio.	39
Tabela 1 – Questionários aplicados segundo bairros de Porto Alegre	57
Tabela 2 – Idade dos respondentes.....	75
Tabela 3 – Composição Familiar.....	75
Tabela 4 – Número de peças da casa.	77
Gráfico 2 – Percepção de melhora quanto às situações de vida – média.....	78
Tabela 5 – Percepção de melhora quanto às situações de vida – distribuição de freqüência.	78
Tabela 6 – Situação de Trabalho.....	80
Tabela 7 – Participação em grupos.....	80
Tabela 8 – Tempo de inserção no PBF.	81
Tabela 9 – Valor do benefício.	82
Tabela 10 – Análise de Cluster quanto às situações familiares.	83
Tabela 11 – Análise de Cluster quando a situação geral da família	85
Tabela 12 – Composição familiar por grupo de melhoria.	85
Tabela 13 – Bairros por grupo de melhoria.....	86
Tabela 14– Situações de vida por bairros.....	86
Tabela 15 – Participação em atividades de grupo por grupo de melhoria.....	88
Tabela 16 – Atividades desenvolvidas por grupo de melhoria.	88
Tabela 17 – Melhoria da situação da família por atividades de grupo.	89
Tabela 18 – Participação em grupos por Situação da Família.	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POBREZA E ENFRENTAMENTO A POBREZA	16
2.1 A POBREZA SOB MÚLTIPLOS OLHARES	16
2.2 ENFRENTAMENTO A POBREZA NA TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ...	25
3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	31
3.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	31
3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	38
3.2.1 <i>A importância da Família</i>	41
3.2.2 <i>Autonomia e Emancipação Social: uma proposta possível?</i>	47
4 METODOLOGIA	51
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	51
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	55
4.3 O PROCESSO DE COLETA: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS	58
5 OS PRINCIPAIS RESULTADOS	62
5.1 A EXPRESSÃO DOS PROCESSOS E A ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFISSIONAIS	62
5.2 A EXPRESSÃO DOS PROCESSOS E A ANÁLISE DOS DADOS DAS FAMÍLIAS	70
5.2.1 <i>As entrevistas</i>	71
5.2.2 <i>Os questionários</i>	74
5.2.2.1 <i>As diferenças na percepção dos respondentes</i>	82
5.3 COMPLEMENTAÇÃO ENTRE OS DADOS	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - Formulário Assistente Social	106
APÊNDICE B - Formulário Famílias PBF	107
APÊNDICE C - Questionário Famílias	108
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Informado - Entrevista	109
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Informado - Questionário	110

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual da sociedade brasileira identifica-se a existência de diversos programas assistenciais que procuram minimizar as diferenças sociais causadas pelo capitalismo e buscam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Dentre os programas existentes, volta-se a atenção aos de transferência de renda que se propõem a garantir uma renda mínima àqueles que se encontram em situações de pobreza e extrema pobreza. É o caso do Programa Bolsa Família, que atende a mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil.

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal para dar apoio às famílias pobres na garantia do direito à alimentação, saúde e educação. Consiste na transferência de renda mensal do Governo Federal às famílias cadastradas que se encontram dentro dos critérios de inclusão. Estas famílias assumem o compromisso de manter as crianças na escola e estar em dia com as vacinações e acompanhamento da saúde de seus membros (crianças, gestantes e nutrizes) como contrapartida para a manutenção do recebimento do benefício (BRASIL, 2008).

Dentre os objetivos propostos pelo Programa está a independização da família. Espera-se que os beneficiários deixem de necessitar do mesmo ao apresentarem melhorias nas condições de vida e desenvolverem meios próprios de sustento. Esta é uma meta de longo prazo que requer políticas, programas e projetos que possibilitem às famílias chegarem às "portas de saída", como são chamadas as formas de desligamento do Programa para aqueles que alcançarem tais objetivos.

Contudo, vêem-se poucas propostas que busquem dar efetividade a estes objetivos no cotidiano das famílias beneficiadas. Há pouca visibilidade na promoção de geração de trabalho e renda para estas famílias, o que prejudica a imagem do programa diante da sociedade, embora seja necessário considerar que o desemprego é um fenômeno estrutural que tem atingido a diferentes classes sociais. A mídia, bem como parte da sociedade, tem apresentado críticas ao Programa acusando-o de assistencialista, destacando que forma dependentes

e não cidadãos autônomos. Ressaltam ainda que o recebimento do Bolsa-Família deveria ser uma situação temporária, que facilitasse a família no processo de reorganização e encontro de uma forma de sustento próprio, possibilitando a novos cidadãos, que necessitam de auxílio, o acesso a este recurso que é escasso e não atinge a toda a população necessitada.

Como contra-ponto, os índices de desenvolvimento social, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas comprovam que o Bolsa Família vem possibilitando a melhora da situação de muitas famílias (FGV, 2008). Também não se pode negar a influência das condicionalidades na efetivação de outros programas como, por exemplo, a erradicação do trabalho infantil, com a diminuição do número de crianças sujeitadas a tais condições, pois com a exigência de frequência escolar, a família tem se comprometido com a presença dos filhos na escola para não perder o benefício. Contudo, ainda que alguns avanços trazidos pelo PBF possam ser verificados, não se pode esquecer um de seus objetivos mais importantes: a autonomia da família na sua manutenção econômica e social.

Essa autonomização é entendida aqui como parte da emancipação da família que se organiza e se auto-sustenta, sem a necessidade da intervenção do governo e de entidades no auxílio e controle de suas funções. A família deve ser capaz de se auto-gerenciar e prover seu sustento com seu trabalho, a partir de conhecimentos adquiridos ao longo de sua inclusão no PBF. Autonomia, independência, emancipação são entendidos como manifestações da capacidade de gerir a própria vida e de seus dependentes. É isto o que se quer possibilitar as famílias que ainda precisam de intervenção e apoio.

Neste contexto, buscou-se, com esta pesquisa, identificar se a inserção no PBF tem contribuído para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios e o enfrentamento da pobreza. Foi realizada uma investigação junto a entidades vinculadas à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC – nas comunidades de Porto Alegre, onde é expressiva a situação de vulnerabilidade social e nos quais grande parte dos usuários dos serviços oferecidos são beneficiados pelo Bolsa-Família. Estes beneficiários enfrentam situações de miserabilidade e violência, sendo de significativa importância a realização de programas mais efetivos no auxílio às necessidades desses sujeitos.

Esta pesquisa busca contribuir com subsídios para a qualificação do Programa Bolsa Família no sentido de que possa avançar propondo alternativas

que incidam no desenvolvimento e execução de atividades que promovam os sujeitos a uma situação de maior autonomia socioeconômica e emancipação social. Entende-se que desta forma será possível buscar soluções mais eficazes para a diminuição das desigualdades sociais. O Programa Bolsa Família é parte de uma política adotada pelo governo para combater as expressões da questão social, em razão dos sujeitos beneficiados sofrerem diretamente as refrações da contradição entre capital/trabalho, portanto, são fundamentais alternativas públicas que promovam a cidadania e a inclusão social, em que pesem os limites desse processo numa sociedade capitalista.

Os processos de avaliação de políticas sociais neste sentido podem contribuir para ampliar a visibilidade sobre o alcance social dos programas a elas vinculados. A avaliação de Programas segundo Silva (2001, p. 8):

[...] preconiza uma perspectiva que se centra nos impactos da política social como política redistributiva e de efetivação de direitos de cidadania na relação estado/sociedade. Portanto, deve ir além dos limites dos objetivos e metas do programa avaliado, procurando compreender os elementos estruturais e conjunturais e incorporar as variáveis contextuais que interagem com o programa.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo investigar se a inclusão dos cidadãos no programa social Bolsa-Família efetivamente contribui para o enfrentamento à pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários, desvendando a percepção dos sujeitos e a realidade social em que se encontram. Os objetivos específicos em consonância com o objetivo geral foram assim estabelecidos:

- Conhecer as características das famílias atendidas pelo PBF em Porto Alegre;
- Verificar como o Programa Bolsa Família tem impactado na vida dos beneficiados;
- Identificar a estrutura e as interfaces disponibilizadas pelo poder público para a garantia da execução do Programa;
- Verificar se o programa estabelece a interface com outras políticas garantindo a intersetorialidade;

- Verificar se o programa tem trabalhado processos sociais emancipatórios para a construção e a autonomia dos sujeitos.

Foram sujeitos dessa pesquisa famílias do município de Porto Alegre, de diferentes bairros, que estão inseridas no Programa Bolsa Família (PBF) ligadas a entidades conveniadas e aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, entidades executoras do Cadastro Único, que é a forma de inclusão no PBF, bem como Assistentes Sociais vinculados a estas entidades.

O interesse por esta temática surge da experiência profissional junto a famílias em situação de vulnerabilidade social, de uma comunidade de baixa renda de Porto Alegre. Esta proximidade suscitou o questionamento que levou a pesquisar sobre a contradição entre a proposta de um programa de governo e sua efetivação, mostrando assim suas potencialidades e suas fragilidades. Busca-se assim desvendar o problema de pesquisa: *O Programa Bolsa Família viabiliza o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios de modo a contribuir para o enfrentamento à pobreza e a redução das vulnerabilidades apresentadas pelas famílias beneficiárias?*

As indagações que decorrem do problema de pesquisa e nortearam o estudo foram:

- Quais são as características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família?
- O Programa Bolsa Família contribui efetivamente para o enfrentamento da pobreza?
- Qual a estrutura disponibilizada pelo poder público para garantir a execução do Programa?
- O Programa dialoga com outros serviços da Política de Assistência Social e com outras Políticas?
- Como o Programa tem contribuído para o desenvolvimento de processos emancipatórios e para a construção da autonomia dos beneficiários?

Apresenta-se a seguir a construção do conhecimento, sobre a temática proposta, desenvolvida ao longo da realização do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, que possibilitou a reflexão e aprofundamento que embasaram

todo o processo de pesquisa. Com isso, não se quer dizer que tudo está acabado e definido, uma vez que este estudo possui seus limites de tempo e recursos característicos de uma dissertação de mestrado. O segundo capítulo traz o embasamento teórico sobre a pobreza, expressando diferentes olhares que se complementam e refletem sobre essa situação vivenciada por grande parte da população mundial. Busca-se também apresentar a trajetória da proteção social ao longo do tempo. No terceiro capítulo apresenta-se a proposta brasileira para o enfrentamento à pobreza, através de um programa de transferência de renda com condicionalidades: o Programa Bolsa Família. No quarto capítulo está a metodologia utilizada na pesquisa, sendo esta apresentada através de seus resultados no capítulo que se segue. Ao final apresenta-se as Considerações Finais, trazendo alguns apontamentos da autora de acordo com os dados apresentados, procurando contribuir com o Programa e assim com seus beneficiários. Apresenta-se ainda, como apêndices, os instrumentos utilizados no processo de coleta, entre outros elaborados para fins da presente investigação de modo a dar visibilidade ao material elaborado e utilizado na pesquisa.

2 POBREZA E ENFRENTAMENTO A POBREZA

Neste capítulo, busca-se apresentar uma reflexão teórica sobre a pobreza, apontando diferentes conceitos que se complementam para dar maior clareza a sua compreensão. Aporta-se à origem das formas de enfrentamento às situações de pobreza, de modo que se possa compreender melhor a lógica utilizada hoje nesse processo e que se baseia numa trajetória que perpassa ideais assistencialistas e de proteção social, configurando-se assim, num modelo contraditório, mas ao mesmo tempo necessário.

2.1 A POBREZA SOB MÚLTIPLOS OLHARES

Entender a pobreza não é tarefa simples, apesar de estar presente no cotidiano de todas as cidades, ela pode ter diferentes significados e formas de expressão, dependendo do local, tempo histórico e do entendimento sobre pobreza que cada grupo humano tem sobre o assunto. Uma das grandes dificuldades é que as teorias, na maioria das vezes, são elaboradas por pessoas que não se enquadram nos padrões, definidos por eles mesmos, de pobreza (CHAMBERS, 2006).

Para se entender melhor tal fenômeno, buscar-se-á aprofundar algumas percepções sobre pobreza como “**pobreza de renda** ou consumo, relacionada a deficiências de renda ou de capacidade de consumo, e a **pobreza humana**, relacionada as capacidades humanas” (UFRGS; PUC Minas/IDHS; PNUD, 2004, p. 08) (grifos nossos), de modo que se possa compreender suas causas e efeitos na vida dos sujeitos que vivenciam tal realidade, mesmo sabendo que essa compreensão é ainda limitada e não dá conta da totalidade desse fenômeno social complexo que se modifica no cotidiano. Sabe-se que a pobreza pode ser

vista ainda por outros aspectos, como, por exemplo, sentimentos, emoções, valores, crenças, entre outros, porém não são o foco deste estudo.

Toma-se como princípio para este debate, o conceito de pobreza elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹ (PNUD) em seu Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano - 1997, definindo-a como:

Negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade. A pobreza humana é:

* Multidimensional, ao invés de unidimensional;

* Centrada nas pessoas, privilegiando a qualidade da vida humana, e não as posses materiais. (PNUD, 1997).

Através desta definição pode-se entender a pobreza como *multidimensional* por ela estar relacionada a múltiplas formas de privações e não apenas a renda considerada *unidimensional*. Percebe-se que a falta de acesso pela negação da possibilidade de escolhas e oportunidades, submete a uma condição de vida subalterna; de pobreza. Contudo a pobreza de capacidades humanas possui ainda um duplo sentido: a falta de sensibilidade humana, por alienação e egoísmo, alguém que tem todas as possibilidades de acesso e conhecimento e mesmo assim não se dá conta do sofrimento alheio; e outro em que se identifica uma pobreza simbólica resultante das impossibilidades de acesso dos sujeitos ao desenvolvimento das capacidades humanas que podem ser desenvolvidas através do esporte, da música, da cultura e da educação. É importante fazer a distinção conceitual das perspectivas da noção de pobreza como inadequação de capacidade daquela de baixo nível de renda, porém elas “não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” (SEN, 2000, p. 112). Numa perspectiva

¹ “O **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** (ou **PNUD**) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras atividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 166 países onde possui representação. É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas - conjuntamente conhecidas como Sistema ONU - nos países onde está presente”. (WIKIPÉDIA, 2009).

mais ampla de leitura da pobreza e da possibilidade humana de desenvolvimento como contraponto, diz Marx (2006, p. 143),

O sentido musical do homem só é acordado pela música. A mais bela música nada significa para o ouvido completamente não-musical, não constitui nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a ratificação de uma das minhas capacidades. Assim, só pode existir para mim na medida em que minha capacidade existe para ele como habilidade subjetiva, porque para mim o significado de um objeto só vai até onde chega o meu sentido (só tem significado para um sentido que lhe corresponde).

Dessa forma, identifica-se a necessidade de desenvolver as capacidades humanas para suscitar seu reconhecimento, assim como explicitado por Marx com relação à música para o ouvido. O desenvolvimento dessas capacidades é facilitado pela renda. Essas capacidades possibilitam aos sujeitos se inserirem pelo conhecimento e pela prática, mas, requerem o acesso a meios que transmitam esse conhecimento e proporcionem essa prática, o que para a grande maioria da população não é proporcionado.

Verifica-se aqui as conseqüências de uma **pobreza estrutural** que limita o pobre ao mínimo, sem priorizar a qualidade, em que “a vida mais pobre possível, faz do trabalhador um ser despojado de sentidos e necessidades” (MARX, 2006, p. 151), como se para as pessoas que se encontram em situação de pobreza não seja necessário dar o que se tem de melhor. Escolas sucateadas, esgotos a céu aberto, política de saúde limitada, são alguns exemplos disso. Dessa forma, afasta-se cada vez mais aqueles que mais necessitam de melhores condições para se desenvolver das possibilidades de o fazer.

Em 2000, o PNUD apresenta o conceito de “pobreza humana”, complementando o conceito já apresentado, salientando a distinção entre pobreza humana e privação de renda:

A pobreza humana é definida pelo empobrecimento em múltiplas dimensões – privações de uma vida longa e saudável, de conhecimento, de um nível de vida digno e de participação. Contrariamente, a privação de renda é definida pela privação numa única dimensão – renda – porque se acredita que é a única forma de empobrecimento que interessa ou porque nenhuma outra privação pode ser reduzida a um denominador comum. O conceito de pobreza humana considera a insuficiência de renda como um fator importante na privação humana mas não como o único. Nem se pode reduzir, de acordo com este conceito, todo o empobrecimento a falta de renda. Se a renda não é tudo na vida humana, a falta de renda não pode ser tudo na privação humana. (PNUD, 2000).

A falta ou insuficiência de renda são fatores de grande importância na teorização sobre pobreza, ou privação, como mostra o texto apresentado, mas é importante salientar que ela não pode ser vista por esse único ângulo, ela vai além. Segundo Marx (2006, p. 146) "O homem rico é ao mesmo tempo o homem que precisa de uma soma de manifestações humanas; é aquele cuja realização existe como urgência natural interna, como necessidade". A pobreza pode ser definida então como a falta de acesso e recursos (não apenas financeiros) que possibilitem um padrão de vida em que sejam supridas as necessidades básicas², como alimentação, higiene, vestuário, educação, lazer, entre outras. São então pobres, aqueles sujeitos que, além de não possuírem renda suficiente para satisfação de suas necessidades e nem acesso a outras alternativas para satisfazê-las, não são valorizados e respeitados como cidadãos.

A pobreza pode ser entendida ainda como a situação vivenciada por uma pessoa ou uma família, em um determinado momento histórico, em que esta não tenha "condições de viver dentro dos padrões socialmente estabelecidos" (STOTZ, 2005, p. 53), são condições precárias que lhes são oferecidas, dificultando assim, as mudanças que possibilitariam atingir tais padrões de vida, entendidos como "as condições objetivas de viver com um nível de dignidade ou de acesso a serviços públicos e privados" (SPOSATI, 1997, p. 22).

Dentre as "causas da pobreza", Soares (2002, p. 46) aponta, a partir das manifestações de vários organismos internacionais, como sendo:

a distribuição extremamente desigual dos efeitos não apenas da crise econômica, mas das políticas de ajuste ortodoxas, recaindo sempre sobre os setores mais desfavorecidos; as estruturas extremamente assimétricas de distribuição da renda; as debilidades da política social e os ataques permanentes de setores influentes à própria legitimidade do gasto social, entre outras.

Este olhar retrata a situação vivenciada pela grande maioria da população mundial que é vítima de uma política de interesses que privilegia aqueles que têm maior influência sobre ela, favorecendo a si próprios em detrimento do bem comum ou daqueles que mais necessitam dela. É o caso dos deputados federais no Brasil que discutem o aumento dos próprios salários e não em como investir

² A discussão sobre "necessidades básicas" será aprofundada no próximo tópico.

mais e melhor no desenvolvimento social, tendo sido esse o real motivo pelo qual foram eleitos.

Paugam (1999, p. 42 e 43), sociólogo francês, trabalha o conceito de “desqualificação social” para caracterizar o “processo de expulsão do mercado de trabalho de franjas cada vez mais numerosas da população e as experiências vividas na relação com a assistência”, que os leva a serem reconhecidos como pobres.

O recurso à assistência, num contexto marcado pela forte degradação do mercado de emprego, traduz-se por uma diversificação crescente dos pobres, pois esses últimos são numerosos, oriundos de categorias sociais diversas e estão vivendo a experiência de um processo de desqualificação social que os expulsa do mundo do trabalho para a esfera da inatividade e da dependência, onde são assimilados a outros pobres que conheceram trajetórias diferentes. (PAUGAM, 1999, p. 42).

O autor apresenta a idéia de que é a partir da inserção, ou seja, quando os sujeitos são *assistidos* ou suas situações possibilitam a assistência que eles passam, então, a fazer parte do grupo caracterizado pela pobreza, ganhando assim seu “atestado de pobreza” (SOARES, 2002, p. 72) que lhe dá o acesso a serviços públicos “precários e mal financiados” (SOARES, 2002, p. 72).

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessa relação, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. (YAZBEK, 2001, p. 34).

Lugar esse que o marginaliza por suas condições colocando-o longe dos olhares. Segundo Sposati (1995, p. 29)

É o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista.

Porém, ser pobre não significa viver na pobreza, pois podem ser classificados como pobre o artista, o comerciante, entre tantos outros trabalhadores, mas que, mesmo tendo poucos recursos financeiros, não se

incluem àqueles que podem ser assistidos, não pertencendo “à categoria específica dos *pobres*” (PAUGAM, 1999, p. 42).

Paugam trabalha com uma noção qualitativa de pobreza, o exemplo anterior mostra com clareza que é o status que determina a pobreza e não só a renda, e aqui status esta associado a valoração, reconhecimento, ou a sua negação, portanto não só associado a subsistência material mas também a subsistência simbólica, diferente das definições que traçam uma linha de pobreza com base em dados quantitativos – mesuráveis numericamente – renda, acesso a água, esgoto, etc.

Porém com recursos limitados é preciso identificar aqueles que se encontram nas piores condições para poder modificar sua realidade e assim gradativamente, ao superar tais situações, alcançar aqueles que apresentam situações mais simples e pontuais. Para isso não basta apenas proporcionar renda a esta população, mas investimentos no simbólico como capacitações, reuniões de grupo, ambientes nos quais possam refletir e produzir conhecimento que os levem a uma vida melhor, superando progressivamente as dificuldades e as interdições a que estavam expostos.

Assim, faz-se necessário determinar uma linha de pobreza para poder identificar quem se encontra nesta situação ou em piores condições, para poder chegar a um consenso no direcionamento das políticas e dos benefícios para esta população, apesar de ser este “o aspecto mais controvertido na mensuração da pobreza absoluta” (SOARES, 2002, p. 66). O Banco Mundial estabelece a linha da pobreza “no patamar mais baixo de menos de US\$ 2 por pessoa por dia” (STOTZ, 2005, p. 53), esta definição é utilizada por diversos países para estabelecer um valor comum de divisão de classes, identificando assim os pobres.

É importante destacar nesse aspecto que a utilização de medidas como linha de pobreza, embora importantes, apresenta limitações em relação à conceituação atual de pobreza. Uma primeira limitação desta medida está no fato de que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de um indivíduo ou família. Isso deve-se ao fato de que as despesas exigidas, com saúde, por exemplo, podem fazer com que dois indivíduos com mesma renda estejam situados um acima e outro abaixo da linha de pobreza. Uma segunda limitação está na inexistência de um critério para estabelecer a linha de pobreza, uma vez que esta definição está pautada na idéia do nível de renda que permite à pessoa ter uma vida digna. Não há um consenso sobre o que é necessário para isso. (ROLIN, et al., 2006, p. 515).

De acordo com a definição do Banco Mundial, quem recebe R\$ 5,00³ por dia, já não seria considerado pobre, mas como uma pessoa pode alimentar-se, vestir-se, cuidar da higiene, pegar um transporte para ir trabalhar ou procurar trabalho com esse valor? Isso não possibilita um mínimo de condições para sua sobrevivência, menos ainda para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho e consumo, “é no mínimo, de uma total frieza estatística e de um absoluto distanciamento da realidade” como bem salienta Soares (2002, p. 66).

Concepções de Pobreza	Indicador predominante	São pobres:	Principais índices
Renda (Income)	Meio	Os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível	Renda per capita; Derivados de 1 linha de pobreza: Incidência de pobreza (Headcount index); Poverty gap; Squared poverty gap
Necessidades básicas (Basic needs)	Meio	Os que não têm condições, em especial materiais, de atingir as necessidades humanas básicas	IDH ⁴ , IPH ⁵
Capacitação Humana (Human capability)	Fim	Os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável dentro de uma sociedade. (ênfase nas capacidades e oportunidades para ter uma vida longa e saudável, ser alfabetizado e participar livremente na sociedade)	Capability poverty measure; IPH
Acesso ao meio (ativos, equidade, governança) (Empowerment)	Meio	Os sem acesso aos ativos (Produtivos; infra-estrutura física e social etc.) • Equidade • Governança	Coef. Gini ⁶ ; Circulação de informações; regulamentações; descentralização.

Quadro 1 – Características das concepções de pobreza

Fonte: ROLIN, et al. (2006, p. 515).

³ Esse valor foi estabelecido aqui de forma aproximada para mais, visto que o câmbio do dólar, em maio de 2009, está variando em R\$2,20.

⁴ IDH = Índice de Desenvolvimento Humano, medido através da composição entre longevidade (saúde), educação (conhecimento) e padrão de vida descente (PIB *per capita*). (ROLIN, et al., 2006).

⁵ IPH = Índice da Pobreza Humana, “é uma medida da pobreza, país a país, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano baseada em três variáveis: vulnerabilidade à morte prematura; analfabetismo; e padrão de vida abaixo do aceitável”. (ROLIN, et al., 2006, p. 517).

⁶ Coeficiente de Gini = “é uma medida de desigualdade [...]. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm)”. (WIKIPÉDIA, 2009).

Existem diversos tipos de indicadores de pobreza que variam conforme os conceitos e concepções sobre a mesma (ROLIN, et al., 2006). O quadro 1 apresenta uma sistematização sobre algumas concepções de pobreza, as definições utilizadas para identificar quem são os pobres, trazendo alguns dos principais índices para sua mensuração.

Essas são algumas maneiras para identificar e medir a pobreza utilizados para dar visibilidade a essa realidade social e mundial. São índices que possibilitam diferentes olhares de acordo com o que se busca identificar, de modo a elaborar políticas e programas em consonância com os índices que se quer atingir, tanto quantitativos como, por exemplo, redução do número de crianças desnutridas, quanto qualitativo, por exemplo, melhora na saúde das crianças.

Apesar da situação de pobreza, a participação dos pobres na sociedade capitalista se faz presente no cotidiano mercadológico em que tudo vira mercadoria (SOTZ, 2005 e LIRA, 2006), mesmo não estando inseridos no mercado de trabalho, representam um papel importante nessa lógica:

Como não existe sob o sistema do capital a possibilidade de todos os trabalhadores serem absorvidos no processo produtivo diretamente, emerge no seio dos trabalhadores um grupo que, ao ser excluído, passa a fazer parte do exército de reserva da força de trabalho ou dos chamados 'sobrantes', que representam aqueles trabalhadores com quase nenhuma chance de entrar/retornar ao mercado de trabalho estruturado, [...] esses trabalhadores 'que sobraram das necessidades diretas do processo de acumulação de capital', mesmo exercendo formas de trabalho consideradas informais, participam direta ou indiretamente do processo de acumulação de capital. (LIRA, 2006, p. 135).

O sistema capitalista tem como lógica a exploração dos trabalhadores de modo a otimizar o lucro e acumulação, assim a grande oferta de mão-de-obra possibilita ao capitalista oferecer menores salários. Com o enorme contingente de sobrantes, devido a avanços tecnológicos e diminuição de postos de trabalho, bem como o retrocesso nas leis trabalhistas – desemprego estrutural – haverá quem se sujeite a receber o mínimo mesmo que não seja suficiente para sua sobrevivência (SALAMA, 1975; CIMADAMORE e CATTANI, 2007). Tal situação é vista como uma “nova pobreza”, pois parte da nova estrutura social e econômica imposta aos países em desenvolvimento.

Aos problemas de distribuição de renda e de indigência, agrega-se uma nova pobreza, fruto explícito das novas políticas de ajuste para a América Latina que vêm provocando taxas de desemprego aberto jamais vistas anteriormente nas cidades latino-americanas [...]. A distribuição desse desemprego, embora tenha atingido todos os setores da sociedade, se mantém com taxas elevadas nas famílias de mais baixa renda e entre os jovens. (SOARES, 2002, p. 55 e 56).

Sem políticas e programas que promovam mudanças nessa situação, dificilmente ela mudará. É preciso lutar pela inclusão social de todos e em todos os espaços. Inclusão social supõe identidade e reconhecimento da cidadania sendo mais que inserção social. “É preciso entender que inclusão social não é apenas econômica, apesar de vivermos em uma sociedade de mercado onde a economia é central. A inclusão é política, cultural, social, ambiental, econômica, religiosa, de gênero, de escolhas, isto é, tem múltiplas facetas” (SPOSATI, 2001, p. 78) e por isso deve ser vista em sua totalidade e não por um único ângulo. Para Soares (2002, p. 64),

São as políticas de ajuste impostas aos países latino-americanos que impedem, no momento, mudanças que permitam uma verdadeira transição a uma sociedade mais justa, em que as mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas sejam efetivamente o retrato de um desenvolvimento social com mais equidade, fruto de uma distribuição mais igualitária da riqueza e das oportunidades.

Por isso os programas de transferência de renda se fazem necessários na garantia de uma distribuição, mesmo limitada, dos bens socialmente produzidos, mas sem esquecer de que é preciso complementar o acesso a renda com o acesso a outras formas de desenvolvimento humano. Ou seja, não basta apenas a renda para que os pobres superem a situação de pobreza, é preciso, como foi visto, bem mais que isto.

No próximo tópico deste capítulo busca-se fazer um breve retrospecto quanto ao modo como a pobreza vem sendo enfrentada, desde uma perspectiva assistencialista ao entendimento da proteção social.

2.2 ENFRENTAMENTO A POBREZA NA TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Para entender o processo de enfrentamento à pobreza e a proteção social, é preciso compreender também sua origem em um contexto internacional, pois foi com base nas experiências trazidas de fora que o Brasil foi se desenvolvendo e construindo suas experiências e práticas próprias, mas que, ainda hoje, sofre as influências dessa história. São experiências marcantes de diferentes povos que buscam ir aprimorando as formas de enfrentamento à pobreza ao longo do tempo.

A pobreza é uma realidade social histórica, é possível encontrar na Bíblia⁷ diversas passagens em que se verifica a presença dos pobres e que, segundo Jesus, pobres sempre existirão (BÍBLIA SAGRADA, 2000, Mt 26,11⁸). Pode-se dizer que, até o momento, ele estava certo. Em nosso contexto, a pobreza é identificada como intrínseca ao modo de produção capitalista que se utiliza da situação do pobre para manter a desigualdade social. Identifica-se que apesar de todos os avanços da humanidade, ainda não foi superada e que, embora ganhe diferentes configurações ao longo do tempo, se mantêm na história. Não são apenas os mais fortes e mais adaptados que sobrevivem como diz a teoria do “Darwinismo Social” (OLIVEIRA, 2009). Em 1536 surgem na Inglaterra as Leis dos Pobres, ou *Poor Laws* (PEREIRA, 2002) as quais instituíam que “as municipalidades providenciassem trabalho para todas as pessoas capazes, punissem a vadiagem e criassem asilos para os anciãos, enfermos e incapazes” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 51). Portanto, trabalhar era central, independente das condições de trabalho ofertadas.

[...] os pobres eram forçados a trabalhar em troca de qualquer salário e somente os incapacitados para o trabalho – crianças carentes, inválidos e idosos – tinham direito à assistência social. Daí a existência das *workhouses* (casas de trabalho que funcionavam como verdadeiras prisões), para onde eram encaminhados os indigentes válidos para o trabalho. (PEREIRA, 2002, p. 104).

⁷ A Bíblia, um dos livros mais antigos e mundialmente conhecido, tem por fundamento ensinamentos religiosos, mas também apresenta importantes relatos históricos.

⁸ Pode ser encontrado ainda em Mc 14,7 e Jo 12,8.

Diversos Atos Legais são incluídos a essas leis que são estabelecidas para regular o atendimento aos pobres, mais limitando-os do que possibilitando mudanças na situação de pobreza. A proteção social, mesmo que mínima, surge em 1795 através da *Speenhamland Law* “sob a forma de abono salarial” (POLANYI, 2000, p. 101), na qual era “assegurada ao pobre uma renda mínima *independente dos seus proventos*” (POLANYI, 2000, p. 100) que variava de acordo com o preço do pão e dos membros da família, de forma a garantir o “direito de viver” (POLANYI, 2000, p. 100), sendo essa uma “forma de assistência social incondicional, livre de contrapartidas, punições e confinamentos, como era habitual” (PEREIRA, 2002, p. 105). Porém, com a garantia da subsistência dos trabalhadores, os salários foram reduzidos ao mínimo e já não havia preocupação com a perda do emprego, devido a garantia de sustento, com isso a “produtividade afundou, a população se expandiu e a miséria atingiu níveis extremos” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 53). Em 1834 essa lei se extingue sendo imposta a *Poor Law Amendment Act* que lança nas mãos do mercado o controle sobre os trabalhadores e reduz a proteção ao critério da *menor elegibilidade*, ou seja, os benefícios assistenciais deveriam ser menores que “o pior salário para não ferir a ética capitalista do trabalho” (PEREIRA, 2002, p. 108). Nesse contexto histórico em que as visões liberais se difundiam e ganhavam força, o capitalismo passa a imperar mostrando “a impossibilidade de funcionamento de uma ordem capitalista enquanto os salários fossem subsidiados por fundos públicos” (POLANYI, 2000, p. 104). O Liberalismo se fundamenta

nos princípios do individualismo e dos direitos naturais e defende a idéia básica do Estado funcionando restritamente, delegando a discussão dos direitos para a órbita do mercado e do exercício livre e do sentimento humanitário inerente aos homens. (COUTO, 2004, p. 61).

Dessa forma, o Estado passa a viabilizar o livre funcionamento do mercado, aparecendo apenas para o “enfrentamento das lacunas criadas pelo sistema” (COUTO, 2004, p. 63). Porém, sua intervenção de forma mais efetiva passa a ser necessária no momento em que esse sistema entra em crise, em 1929. No combate a essa crise emerge um Estado social que, baseado nas idéias de Keynes, “propõem uma intervenção na economia por meio de investimentos

no mercado produtivo e na promoção do bem-estar, buscando, assim, diminuir as desigualdades sociais” (COUTO, 2004, p. 64).

As ações, desenvolvidas sob a ótica keynesiana, contribuíram para a elaboração da concepção de Seguridade Social proposta pelo modelo Beveridigiano, o qual abarcava “quatro principais áreas programáticas: *seguro social; benefícios suplementares; subvenção à família; e isenções fiscais*” (PEREIRA, 2002, p. 111). No Brasil, assim como nos países subdesenvolvidos, esse sistema de proteção social teve muitas dificuldades em se constituir. Esse período ficou conhecido como *Welfare State*, ou seja, Estado de Bem-Estar Social, em que o Estado garantia serviços e benefícios de qualidade a toda a população. Não obstante, esse sistema também sofreu seu esgotamento e entrou em crise, retomando-se o ideário liberal, ou neoliberalismo, que defende “a identificação dos mínimos sociais com um mínimo de renda” (PEREIRA, 2002, p. 113). Com seu avanço, a proteção social e a assistência social, ganham um caráter assistencialista, ou seja, buscam suprir as necessidades emergenciais sem combater a causa, como uma forma de ajuda e não de direito.

O assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração. Essa atividade foi e é realizada com matizes e particularidades, em consonância com os respectivos períodos históricos, em nível oficial e privado (ALAYÓN, 1992, p. 48).

Essa forma de atuar tem como objetivo “oferecer algum alívio para relativizar e travar o conflito, para garantir a preservação de privilégios em mãos de poucos” (ALAYÓN, 1992, p. 48), ou seja, a perpetuação do capitalismo através da exploração e negação de um atendimento de qualidade e superação das dificuldades.

No Brasil a política social passou por diferentes momentos de acordo com o período histórico e a forma de governo adotada, passando por períodos de proteção e de desproteção social. Apresenta-se, no quadro 2, um breve esclarecimento sobre a experiência brasileira no campo das políticas de satisfação de necessidades básicas de acordo com cada período.

PERÍODO	POLÍTICA SOCIAL	EXPLICAÇÃO
Anterior a 1930	<i>Laissez-faire</i>	Estado pouco regulador da área social deixando o processo de provisão social sob a gerencia do mercado, da iniciativa privada não mercantil e da polícia (p. 127).
De 1930-1964	Populista/ desenvolvimentista	"não houve, no terreno social, um rompimento decisivo com o <i>laissez-faire</i> nem com a antiga estrutura do poder oligárquico da era agro-exportadora. Tinha-se, de fato, uma política social <i>ad hoc</i> , apesar de sua crescente regulamentação formal" (p. 130).
De 1964-1985	Regime tecnocrático-militar	"reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular" (p. 135).
De 1985-1990	Transição para a democracia liberal	"Concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial". Inclusão da assistência social na Constituição Federal, "na condição de componente (integral e endógeno) do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania". (p. 148) "Mas todos esses progressos constitucionais não frutificaram na prática, sendo, ao contrário, alvos de uma 'contra-reforma conservadora'" (p. 156). Pregava a "desestatização, desregulamentação econômica e social, privatização do patrimônio e dos serviços Públicos e flexibilização do trabalho e da produção" (p. 157).
A partir dos anos 90	Neoliberal	"Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta" (p. 159). As políticas neoliberais propunham "reformas estruturais", incluindo a reestruturação institucional, tendo como princípios básicos a liberação e desregulamentação (p. 160).

Quadro 2 – Experiência brasileira no campo das políticas de satisfação de necessidades básicas.

Fonte: Pereira (2002); quadro sistematizado pela autora (2009).

É importante salientar que em meio ao avanço neoliberal sobre as políticas sociais, pregando a desresponsabilização do Estado, foi elaborada a nova Constituição Brasileira, que, ao ser promulgada em 1988, garantiu ao povo diversas conquistas nas áreas dos direitos civis, políticos e sociais, sendo considerada a "Constituição Cidadã" pela forma com que foi elaborada e pelo seu texto. Leis ordinárias foram criadas de modo a complementar a Constituição, que assim o exigia, "para que a população pudesse ter acesso aos direitos garantidos no texto constitucional" (COUTO, 2002, p. 158). A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – de 1993, menciona, em seu artigo 1º, a assistência social como

direito do cidadão e dever do Estado, em que este deve prover mínimos para o atendimento às necessidades básicas:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL. LOAS, 1993).

Mas o que é mínimo e o que é básico? Entende-se como *mínimo*, os “patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social” e *básico*, como “algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda” (PEREIRA, 2002, p. 26).

Assim, enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. (PEREIRA, 2002, p. 26).

É preciso avançar muito ainda na luta pelo *básico*, apesar das mudanças já ocorridas com a criação de programas que procuram atender tais necessidades, mas ainda são tratados a partir de *mínimos* e por isso não conseguem supri-las de modo que promovam melhoras significativas que levem os sujeitos à situações de autonomia socioeconômica. As migalhas (ou seja, os *mínimos*) do bolo são entregues com tamanha vanglória por parte dos governos que suscitam gratidão dos sujeitos que as recebem como se fosse um grande favor concedido e não um direito. Dessa forma, as pessoas aceitam as migalhas e mostram-se satisfeitas apesar de não estarem saciadas. Há o medo de perder tal “regalia” se houver reclamações e descontentamentos, por isso, mantêm-se esse jogo “eu finjo que te dou e tu finges que ficas feliz” entre o governo e o beneficiário. Havia uma história de deixar o bolo crescer para depois reparti-lo, mas este momento nunca chegou apesar das melhoras na economia, a desigualdade continua aumentando e não ocorreu a prometida distribuição igualitária.

A assistência social se comporta como uma política que ganha visibilidade enquanto uma das formas de relação entre os segmentos da riqueza e da pobreza através das conformações históricas assumidas pela prestação de um determinado serviço público: a assistência. Isto significa incluí-la nas discussões de distributividade. (SPOSATI, 1995, p. 17).

Estar inserido em um programa assistencial caracteriza o cidadão como pobre, que precisa ser assistido pelo Estado ou pela sociedade. Porém, essa inserção não significa inclusão. Não é por ser beneficiário de um programa que a pessoa irá se sentir e efetivamente estar em uma situação diferente, na qual tenham maior estabilidade ou, sejam vistos como inseridos na sociedade de consumo. Consumir bens e serviços caracteriza a pessoa como “economicamente ativa”, dando a ela o *status* de consumidora inserida na sociedade mercadológica onde o “ter” está em primeiro lugar, deixando o “ser” em segundo plano, mas não a faz cidadã.

No Brasil, o governo Lula implantou em 2004 o Programa Bolsa Família – PBF, unificando os programas de transferência de renda existentes até então. Utiliza como critério de inclusão a fome, definida pela situação de *pobreza* e *extrema pobreza* vivenciada por diversas famílias. A “pobreza alimentar” é uma das “linhas de pobreza nacionais” utilizada pelos países em desenvolvimento “estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação” (PNUD, 1997) e para poderem se alimentar bem precisam de renda. A alimentação ou saúde física é portanto uma necessidade básica “porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de viver” (PEREIRA, 2002, p. 69).

Logo, como bem destaca Soares (2002, p. 59),

torna-se relevante avaliar, particularmente nos contextos de ajuste de contenção de investimentos públicos, as condições de acessibilidade dos pobres aos serviços básicos de suprimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, saúde e educação. Esses itens possuem forte peso no orçamento não monetário das famílias de baixa renda, sendo, dessa forma, relevantes para fins de complementação da renda real dos pobres.

Aprofunda-se, no próximo capítulo, sobre os programas de transferência de renda, de modo particular o Programa Bolsa Família adotado pelo Brasil como primeiro passo para o enfrentamento a situação de pobreza de um número significativo da população brasileira. Além disso, apresenta-se a proposta de Renda Básica de Cidadania, um programa que deve atingir a todos os cidadãos economicamente ativos de forma igualitária, buscando garantir assim qualidade de vida para todos.

3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

Como foi visto no capítulo anterior, a transferência de renda surge no século XVIII na Inglaterra e vem ressurgindo ao longo dos anos com novas roupagens, na tentativa de garantir a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de pobreza. São propostas adotadas por diferentes países e que buscam suprir de forma emergencial as necessidades mínimas para a manutenção em primeiro lugar da vida. Expõem-se nesse capítulo a proposta adotada pelo Brasil diante de um objetivo internacional de combate a fome no mundo. O Brasil tem avançado nessa luta e propõe uma Renda Básica de Cidadania, na qual todos os cidadãos acima de 25 anos tenham uma renda mínima garantida pelo governo, independente de suas condições financeiras. Assim o país pretende atender seus cidadãos de forma igualitária ao superar de forma equitativa as diferenças.

Dando prosseguimento, aporta-se reflexões mais específicas sobre o Programa Bolsa Família, sobre a relevância da centralidade da família nas políticas sociais e sobre a possibilidade desse conjunto de ações contribuírem para uma maior autonomia dos sujeitos no caminho da emancipação.

3.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os Programas de Transferência de Renda iniciam sua trajetória no Brasil em 1991 com a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima – PRGM – apresentado e defendido pelo senador Eduardo Suplicy. Esse programa propõe a criação de uma renda mínima nacional sendo uma “possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o

direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p. 34).

A proposta do senador é de uma “Renda de Cidadania” em que todos os cidadãos, acima de 25 anos de idade, recebam o benefício do governo, indistintamente de suas condições sociais e econômicas, de contribuição prévia e de contrapartidas, sendo distribuído de forma igualitária. Está baseada em uma proposta de imposto negativo.

O Projeto de Lei nº 266/2001 que trata sobre a Lei de Renda Básica de Cidadania, “de autoria do senador Eduardo Suplicy, foi sancionada, pelo Presidente da República em 8 de janeiro de 2004” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p. 94), como Lei nº 10.835/2004 (BRASIL. Lei nº 10.835, 2004), tendo sido aprovada também pelo Senado em 2002 e pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 2003. Ela é ousada e requer muitas mudanças, por isso o governo vem implantando-a de forma gradual, desde 2005, de acordo com seu artigo 1º, de modo a iniciar pelos que tem mais urgência, ou seja, os mais pobres e que necessitam desse auxílio para sua sobrevivência, para com o tempo incluir todos os cidadãos (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006), conforme seus critérios. Apesar da aprovação da lei e, de acordo com ela, transcorridos 5 anos do início de sua implantação, pouco se ouve falar sobre o assunto. Não se tem notícias de como está se encaminhando e não se vê nada sobre isso nos meios de comunicação, mas noticia-se que houveram avanços junto às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, aumentando o poder de consumo da população. É através do Programa Bolsa Família que está sendo construído o alicerce que irá possibilitar que se chegue ao patamar de igualdade, contudo não há como afirmar a universalidade do Programa.

As orientações que fundamentaram a proposta original e que são utilizados também nas propostas atuais transitam entre dois diferentes ideários:

Orientações	Fundamentos	Objetivos	Orientação	Impacto
Compensatórias e residuais	pressupostos liberais/neoliberais	garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social,	focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho	reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de

		sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda		uma Linha de Pobreza
Redistribuição de renda	pressupostos redistributivos com critérios de Cidadania Universal	alcançar a autonomia do cidadão	focalização positiva capaz de incluir todos que necessitem do benefício ou os cidadãos em geral	inclusão social

Quadro 3 – Orientações do Programa de Garantia de Renda Mínima

Fonte: Silva; Yazbek; Giovanni (2006); quadro sistematizado pela autora (2008).

É com base nesses pressupostos que foi elaborado o Programa de Garantia de Renda Mínima em 1991 e que se transformou na Renda Básica de Cidadania:

[...] o autor da proposta se valeu muitas vezes de pressupostos distributivistas, preconizando a necessidade de redistribuição de renda para o enfrentamento da pobreza, como também se valeu de pressupostos liberais, que apelavam para o livre mercado e para a soberania do consumidor. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p. 42).

A contradição se faz nitidamente presente, o que pode ao mesmo tempo ser prejudicial para o seu desenvolvimento, mas também pode vir a possibilitar uma melhor aceitação, visto que contribui tanto para o capital, aumentando o número de consumidores, como para o social, melhorando as condições de vida da população trabalhadora de menor poder aquisitivo e principalmente daquela sem nenhuma renda. Esses pressupostos se fazem presentes nos programas de transferência de renda em execução no país. Para Lucas e Hoff (2007, p. 13) a “chave da cidadania não parece estar, como muitos autores afirmam, na inclusão pelo consumo, mas parece situar-se ainda nas condições materiais e simbólicas relativas ao mundo do trabalho e da produção”.

Para o morador de rua que cata alimentos no lixo, por exemplo, a fome ou a necessidade de sobreviver, contudo, se sobrepõe a qualquer simbolismo ou valor como vergonha, dignidade, exposição ou mesmo o nojo. Marx já dizia que: “O *sentido* encarcerado sob a grosseira necessidade prática possui unicamente um significado limitado. Para o homem que morre sob a fome, não existe a forma humana do alimento, mas só seu caráter abstrato como alimento” (MARX, 2006, p. 144), ou seja, a ele interessa matar a fome, de um modo voraz e sem medidas, sem importar-se com o que está acontecendo ao redor ou a forma como irá ingerir o alimento. O homem com fome chega a ser comparado aos

animais irracionais como na poesia de Manuel Bandeira (2009) e nas fotos que seguem:

O BICHO

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.



Figura 1 – Menino comendo migalhas no chão
Fonte: AUTOR Desconhecido (2009).



Figura 2 e 3 – Senhor catando comida no lixo.
Fonte: MIN, Marcelo (2009).

A alimentação, por ser uma necessidade vital ao homem, cria rituais e formas diferentes no preparo e na maneira como será servido e ingerido o alimento. Ela faz parte da expressão da cultura de um povo e leva consigo não apenas nutrientes para o corpo, como também, valores e significados que podem ser compartilhados durante as refeições. Para aqueles que tiram seu alimento do lixo, ele já não tem esse valor e passa apenas a ser uma questão de sobrevivência, passando por cima da dignidade do homem que não consegue suprir essa necessidade mínima, comer. Vê-se nas fotos, assim como na poesia alguns exemplos de como a fome faz do homem esse "bicho" que, como os animais, comem no chão ou o que vêem pela frente, sem importar-se com o estado em que se encontra o alimento ou como se apresenta. Uma frase popular diz "a gente come com os olhos", para dizer que uma comida bem apresentada aguça a vontade de comê-la, assim também o contrário é verdadeiro, pois, se perde a fome diante de uma comida mal apresentada. Contudo, não é o caso dessas pessoas, sua fome é tanta que para elas importa saciá-la. Ao garantir uma renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, busca-se atingir em primeiro lugar o problema da fome, possibilitando a elas a escolha e aquisição de seu alimento.

Essa forma de redistribuição de renda, através de programas de transferência de renda, é, sem dúvida, paliativa diante das necessidades de uma família, porém, é um recurso extremamente importante para possibilitar sua saída do círculo vicioso da pobreza. Entende-se por círculo vicioso da pobreza a falta de investimentos na melhoria e mudanças das condições de vida mantendo-se assim uma população estagnada a situação de pobreza em que se encontra, ou seja, por não terem condições financeiras de investir em melhores condições de vestuário, de moradia, de alimentação, de educação, entre tantas outras necessidades, dificilmente sua situação mudará (MANTEGA, 1984 e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006). Ela perpassa gerações causando assim um ciclo intergeracional de pobreza sendo passada de pai para filho, pois não se vislumbram mudanças nesse patamar devido às possibilidades que lhes são oferecidas. É preciso romper com esse ciclo dando às famílias que se encontram envolvidas nele, condições financeiras e de acesso a meios qualificados que possibilitem que elas avancem e não retornem ao ponto de partida.

O pressuposto é de que uma transferência monetária a famílias pobres permite-lhes ter seus filhos fora das ruas e de trabalhos penosos, degradantes e precoces, enquanto permanecem na escola, interrompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza. (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2006, p. 150).

Em 2003 o governo federal lança a proposta do Programa Bolsa Família, para que, com a transferência direta de renda, as famílias pobres e extremamente pobres possam, com o auxílio do benefício financeiro recebido, construir novos caminhos para sua inclusão e participação na sociedade. O gráfico a seguir revela o quanto esse programa vem influenciando nas mudanças de situação de muitas pessoas em nosso país, bem como as alterações ocorridas a partir da mudança da moeda nacional, há alguns anos atrás.

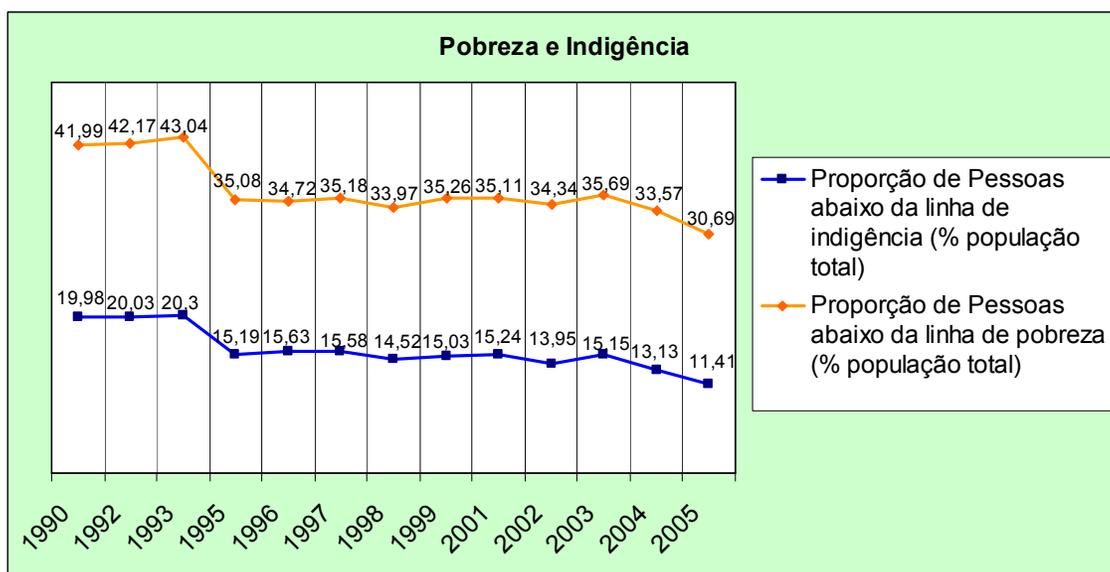


Gráfico 1 – Linha histórica da pobreza e indigência no Brasil de 1990 a 2005⁹
 Fonte: FGV - Indicadores Sociais (2008); gráfico sistematizado pela autora (2008).

Observa-se que nesse período existem dois momentos significativos de mudança política e econômica que influenciaram a realidade brasileira: a mudança de moeda para o Real, entre 1993 e 1995 (visto que não há dados sobre o ano de 1994) e a criação do Programa Bolsa Família, a partir de 2003. Dentre o total da população, 41,99% encontrava-se abaixo da linha de pobreza

⁹ Não há dados dos anos 1991, 1994 e 2000.

em 1990, havendo uma diminuição significativa no período de 1993 a 1995 e outra ainda mais relevante a partir de 2003 e segue até 2005. A diferença de 1990 até 2005 é de mais de 10%, indo para 30,69%. O mesmo ocorre com a porcentagem da população que se encontrava em 1990 abaixo da linha de indigência, ou extrema pobreza, que passa de 19,98% para 11,41% em 2005, com uma diferença de praticamente 9%. Há quedas representativas nesses números nos mesmos períodos já citados.

Desde a década de 1990, a queda na proporção de pobres no total da população tornou-se somente possível com o avanço do gasto social, estimulado fundamentalmente pela Constituição Federal de 1988. Não há dúvida de que a estabilização monetária contribuiu para aliviar a situação de pobreza, mas, em frente ao desempenho desfavorável do mercado de trabalho, o segmento ativo da população tornou-se bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho. Mesmo assim, a taxa de pobreza no País declinou. Mas isso se deveu principalmente ao papel ampliado das políticas sociais de atenção. (CIMADAMORE e CATTANI, 2007, p. 208).

É importante ressaltar que a queda da porcentagem de pobres e indigentes está relacionada também a diversos fatores que podem ter influenciado a diminuição da pobreza, mas, não se pode negar que esses dois fatos – estabilização da moeda e políticas públicas – marcam o contexto histórico em que há um salto no crescimento econômico do país e que a política de transferência de renda adotada pelo governo Lula, através do Programa Bolsa Família, tem forte influência nessa mudança. Apresenta-se no item a seguir o funcionamento do programa de acordo com sua proposta e objetivos em âmbito nacional e internacional.

3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



Figura 4 – Identidade Visual do Programa Bolsa Família.
Fonte: BRASIL. MDS. PBF (2009b).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Medida Provisória nº 132 em outubro de 2003 pelo Governo Federal, logo transformado em lei – Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL. Lei nº 10.836, 2004), como programa de transferência de renda, que faz parte da estratégia de combate à pobreza do Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (BRASIL. MDS. PBF, 2008 e STEIN, 2008). Através dele o governo buscou integrar os programas existentes até então, como o Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso a Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio-Gás. Seus objetivos básicos, como bem sistematiza Weissheimer (2006, p. 25), são: “combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação¹⁰ das famílias mais pobres”.

Este programa busca ainda cumprir com o compromisso assinado pelo Brasil, juntamente com outros países, de atingir as “Metas de Desenvolvimento do Milênio” até o ano de 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2000 e STEIN, 2008). Estas metas foram criadas para promover “esforços mundiais para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade

¹⁰ Aprofunda-se, sobre esta temática, no último item deste capítulo.

ambiental” (STEIN, 2008, p. 200). Surgem a partir da “Declaração do Milênio” proposta pela Organização das Nações Unidas – ONU. São elas:



Figura 5 – As oito metas do milênio.
Fonte: ONU (2009).

No Brasil, o governo utiliza como medida de inclusão no Programa Bolsa Família, a renda mensal per capita, sendo considerados pobres aqueles que recebem até R\$ 137,00 e extremamente pobres os que recebem até R\$ 69,00¹¹. As famílias que se enquadram nesses critérios tem direito a receber um benefício mensal básico e/ou variável de acordo com a presença de crianças e adolescentes, gestantes e nutrizas na família, podendo variar de R\$20,00 a R\$182,00 mensais (BRASIL. MDS. PBF, 2009a).

A inserção das famílias no PBF é feita através de sua inscrição no Cadastro Único, de gestão municipal, de onde são selecionados de acordo com os critérios do Governo Federal para o recebimento do benefício. Existem três tipos de benefícios: o básico, o variável e o variável vinculado ao adolescente, conforme especificado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, MDS. PBF, 2009a):

O **Benefício Básico, de R\$ 62,00** (sessenta e dois reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

¹¹ Os valores de referência utilizados são de junho de 2009, período da realização da pesquisa.

O **Benefício Variável, de R\$ 20,00** (vinte reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais) por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00** (trinta reais), é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais). (Grifos do autor).

O PBF possui ainda condicionalidades necessárias para a manutenção do benefício, sendo obrigação da família que as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentem as aulas e cumpram com os cuidados básicos de saúde como vacinação e acompanhamento nos postos de saúde. De acordo com Sen (2000, p. 113), "Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria". Estas condicionalidades devem ser controladas pelos gestores municipais que coordenam a execução do programa nas diversas localidades em que o mesmo está sendo desenvolvido.

O PBF atendia, em março de 2005, 58,4% das famílias pobres brasileiras, de acordo com as estimativas do IPEA de 2001, com um orçamento de R\$ 430 milhões mensais transferido aos beneficiários do PBF (CUNHA, 2007). Em maio de 2009, na cidade de Porto Alegre, foram beneficiadas 36.612 famílias pelo programa, das 48.078 famílias cadastradas com renda per capita de até R\$ 137,00, ou seja, que preenchem o perfil estabelecido para o recebimento da mesma (BRASIL. MDS. PBF, 2009a), não atingindo ainda a demanda total das famílias que necessitam desse auxílio.

O MDS se propunha a atingir 11 milhões de famílias, calculadas como o total de famílias pobres quando da sua implementação, e ao superar esta meta têm buscado atualizar seus critérios "para atender um número mais amplo de pessoas, na incrementação do valor do benefício e na consolidação das chamadas 'portas de saída' da pobreza" (WEISSHEIMER, 2006, p. 40), visto que o total de famílias pobres ainda não foi atingido e o custo de vida está sempre aumentando. Com isso, busca-se

[...] construir políticas que possam efetivar a transição da situação de dependência de renda em relação aos programas de transferência de renda para um estágio sustentável de inclusão social que combine

participação no mercado de trabalho com garantia de direitos (WEISSHEIMER, 2006, p. 40).

É com esse programa que o governo busca diminuir a desigualdade social de modo que todos sejam reconhecidos como cidadãos, indistintamente. Esse é um caminho que já está sendo trilhado, porém, ainda está longe “do estágio sustentável de inclusão social” (WEISSHEIMER, 2006, p. 40), pois a inclusão no mercado de trabalho formal e/ou informal, de modo a garantir a renda, ainda está dando passos muito curtos, o que impede um avanço maior, especialmente considerando-se a existência do desemprego estrutural. Somente com sujeitos emancipados e autônomos é que se poderá almejar um patamar de igualdade de direitos. Ressalta-se o alerta dado por Sen (2000, p. 114), de que a política de combate à pobreza, não pode ter na redução da pobreza de renda sua motivação suprema. É importante que o foco seja a melhora na vida das pessoas, ou seja, das famílias.

A compreensão sobre o conceito de família é exposto a seguir, procurando mostrar seu desenvolvimento histórico e sua inserção na política atual.

3.2.1 A importância da Família

O modo como a família se revela ao longo da história na sociedade pode ser apreendido nos diversos tempos históricos, através de escritos e pinturas que a representam de diferentes formas e estruturas, mostrando as modificações que sofreram com o passar do tempo e de acordo com a cultura e o contexto nos quais estavam inseridas (BRUSCHINI, 1990). O autor francês Philippe Áries, em seu livro “História da criança e da família” (1981), traz observações importantes sobre estas mudanças, mostrando que a família nem sempre se organizou da mesma forma, pois seus membros exerciam diferentes papéis, tanto internamente quanto para a sociedade, o que influenciava até mesmo a distribuição dos cômodos da casa que acompanharam tais mudanças. Conforme o autor (1981, p 267) “A reorganização da casa e a reforma dos costumes

deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e as crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos”. Mostra-se aí uma mudança na estrutura da casa de uma família que tinha seus cômodos grandes, voltados mais para a vida social, em que criados, clientes e amigos faziam parte e que passa a priorizar um ambiente com maior privacidade, separando a família em pais e filhos, com cômodos que proporcionavam maior intimidade. O autor apresenta também a valorização da infância, que por um longo tempo foi negada. A criança era vista como um adulto em miniatura vindo a ser reconhecida como tal apenas no século XII e ganhando maior importância na sociedade somente a partir do século XVII, “foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal” (p. 61).

O modelo burguês de família, imposto à sociedade atual, é composto por pai, mãe e filhos, seguindo a estrutura da chamada “família nuclear” ou “família estruturada”. Porém, o que se verifica é que as famílias não se compõem dessa forma linear. (BRUSCHINI, 1990). Existem vários tipos de famílias como as monoparentais, que na sua maioria são compostas por mães e filhos; as homoparentais, formadas por casais homossexuais; as recompostas, formadas por casais separados uma ou mais vezes com seus filhos de outras relações; etc. (BRUSCHINI, 1990 e RUDINESCO, 2003). Padrastos, madrastas, enteados e filhos bastardos se agregam a estrutura da família, compondo um novo modelo, ou simplesmente rompendo com o modelo tradicional da família burguesa apresentado anteriormente. Contudo, apesar destas composições serem comuns nos dias de hoje, ainda é preciso superar muitos preconceitos que excluem e desprezam tais realidades apesar do reconhecimento legal da maioria delas.

A ampliação do conceito de família ocorreu na atual Constituição, como resultado da luta travada por setores organizados da sociedade civil, em particular o movimento feminista, sendo reconhecidos no Art. 226 o concubinato, as famílias monoparentais e a igualdade de direitos e deveres entre marido e mulher (ROCHA, 2001, p. 117).

Apesar destes avanços, ainda é preciso progredir muito, de modo a fortalecer a família nas suas mais diversas formas. Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a “família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo. Uma delas refere-se à pessoa de referência

da família” (PNAS, 2004, p. 17) com o crescimento da participação de mulheres de forma significativa. Dados do IBGE comparativos de 1996 e 2006 mostram que houve um aumento de 79% na variação do percentual de mulheres chefes de família, em termos relativos, sendo que de homens o aumento foi de 25% (IBGE, 2009). Entre as famílias pobres, é possível observar que o número de mulheres responsáveis pela manutenção das mesmas, ocorre com grande incidência, o que corrobora com o seu reconhecimento como responsáveis pela família na inserção e condução dos programas de assistência social. Percebe-se ainda, que a escolha da mulher como receptora prioritária

lhes permite modificar seu papel passivo ou subordinado dentro da família, passando a tomar decisões sobre a utilização dos recursos e gastos, provocando maior reconhecimento de seu papel na família, e em consequência, eleva sua auto-estima e autoconfiança. (STEIN, 2008, p. 212).

Nas famílias contemporâneas a redução do número de filhos e o aumento da longevidade vem modificando a pirâmide etária do nosso país por diversos motivos, dentre eles, observa-se o surgimento dos anticoncepcionais, na década de 60 do século XX, como um marco que possibilitou a mulher ter maior autonomia, dando a ela a oportunidade de escolher quando pretende ter seus filhos e se quer tê-los. Como destaca Genofre (1995, p. 101): “A mulher deve ser a agente autônoma do controle das decisões fundamentais de sua própria vida e do uso de seu próprio corpo”. Além disso, a mulher tem buscado garantir seu sustento (IBGE, 2009) sem depender mais do marido ou dos pais e vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho, o que lhe possibilita também uma maior autonomia financeira.

A mulher está marcando seu lugar na sociedade, o que lhe permite uma maior realização pessoal, além de assumir a responsabilidade para sua concretização. Com isso, a exigência em assumir diferentes papéis pode lhe prejudicar em algumas situações, assim como revela Stein (2008, p. 212) sobre as mulheres beneficiárias do BF diante de suas responsabilidades junto ao Programa, a casa, a família e ao trabalho, destacando que, apesar do

“empoderamento” esperado, podem se somar alguns aspectos negativos, tendo em vista que as exigências impostas pelas atividades relativas às contrapartidas na área da saúde e da vigilância à frequência escolar das crianças, se somem ao seu trabalho doméstico, previsto como atividades

naturais ao papel da mulher, sem considerar o custo de sua realização, assim como as limitações às possibilidades de autonomia mediante a incorporação ao mercado de trabalho.

Verifica-se a possibilidade de avanços na luta pela eqüidade de gênero através da proposta do PBF, porém, isso deve ser bem trabalhado junto às mulheres para que não se torne mais uma responsabilidade a ser cobrada e sim uma fonte de empoderamento e de emancipação. Uma forma de romper com situações de violência, dependência e dominação dentro da família.

A família, apresentada ideologicamente como um “espaço de relações baseadas no amor, na proteção e na segurança” (ROCHA, 2001, p. 114) pode, em alguns casos, levar essa ideologia a justificar o silêncio diante da situação de violência vivenciada pelo grupo. Segundo Velho (1999), a idéia de família está associada a um conjunto de símbolos que estão vinculados a moral, política, religião e a mitologia e diz ainda que:

O significado de família para um grupo social ou um universo particular está vinculado a outros significados e supõe-se, falando de cultura, que de alguma forma estes constituem um todo mais ou menos sistemático embora não necessariamente ajustado e harmonioso (VELHO, 1999, p. 69).

A realidade das famílias de classe baixa está um pouco distante daquelas mostradas nas propagandas de TV, a casa não se parece com a mansão, muitas vezes as moradias se restringem a um único cômodo, o marido não dá um beijo na esposa feliz antes de ir para o trabalho, pois, em muitos casos, está desempregado. A mulher não faz uma comida cheirosa, pois, por vezes, não tem o que comer. As crianças não vão contentes com a merenda para a escola porque não tem nem mesmo lápis e caderno para escrever, quando não precisam cuidar de irmãos menores ou vender objetos nas sinaleiras. A mídia vende uma imagem de família que não faz parte da realidade da maioria das famílias brasileiras, o que pode causar uma maior frustração nas mesmas, uma vez que não se identificam com essa imagem de mundo criada como padrão. Essa dura realidade é vedada aos olhos da sociedade alienada e alienante, que não quer enxergar e além de muitas vezes ignorada, as mazelas são atribuídas ao indivíduo, obscurecendo os múltiplos fatores que conformam as desigualdades, apresentando-as como um problema pessoal.

[...] as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, sendo nela que se articulam as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho (SALES et al., 2006, p. 62).

As políticas públicas priorizam, de certa forma, o atendimento setorial aos segmentos minoritários (política de atendimento à criança, ao idoso, etc.), não dando atenção especial à visão global da necessidade de unir estes elementos ajuntados no conceito de família, vista como sinônimo de cooperação, colaboração, aproximação e integração de seus membros. O objetivo maior da sociedade será concretizar, na realidade, a proposta jurídica para a família, encontrada em nossa lei maior, a Constituição de 1988 (GENOFRE, 1995, p.104).

É com a implementação das políticas voltadas para a família e seus membros que se disponibilizam espaços para que estas questões sejam problematizadas e que se viabilize a possibilidade de os sujeitos se desenvolverem como cidadãos plenos, como está assegurado pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS¹² – que vem sendo implantado em nosso país a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS – em 2004. A matricialidade sóciofamiliar está entre seus eixos estruturantes, de modo a garantir a família papel fundamental na mudança social, ao mesmo tempo em que a reconhece como grupo que precisa do apoio do Estado e da sociedade. Essa matricialidade se faz presente na família por ela apresentar em sua composição membros que se enquadram em diferentes segmentos com políticas específicas, como: crianças e adolescentes, mulher, terceira idade, primeira infância e pessoa com deficiência. Em vista disso,

faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (PNAS, 2004, p. 35).

¹² “O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual [...]. Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências e responsabilidades dos entes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É, finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional.” (BRASIL. MDS. SUAS, 2009).

Contudo é fundamental tomar o cuidado de não sobrecarregar a família, de modo que recaia sobre ela o encargo de garantir seus próprios mínimos de sobrevivência, pois, “através da família encontra-se a chance de reconstruir o aspecto multifacetado da pobreza, desviando-se, assim, de uma noção genérica e homogeneizadora de pobreza” (SALES et al., 2006, p. 62), visto que é na família que se “põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiências de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas à reprodução biológica e social” (SALES et al., 2006, p. 63).

[...] o Estado não pode simplesmente devolver para a família a responsabilidade com a reprodução social, sobrecarregando-a com encargos que são de responsabilidade do poder público. Nesse sentido, a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país. (SALES et al., 2006, p. 64).

O papel do Estado é essencial na promoção e proteção social de todos os seus cidadãos, mas devido à disparidade de acesso, de escolhas, de oportunidades, precisa oportunizar maior igualdade e para isso deve privilegiar o atendimento àqueles com menores condições de o fazerem sozinhos buscando a equidade. O Estado “é a única estrutura com capacidade para enfrentar os efeitos produtores de pobreza operando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulações baseadas em critérios distributivos e de equidade” (CIMADAMORE e CATTANI, 2007, p. 36). Por isso, ele precisa se fortalecer, para assim poder oferecer serviços de melhor qualidade a população que necessita de suas ações.

É preciso proteger a família, considerada central ao desenvolvimento humano desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, dando a ela condições de poder curar suas feridas causadas pela desigualdade social que a levaram a situações de pobreza de diferentes tipos, como por exemplo: falta de acesso a bens e serviços, necessidades humanas básicas que não são supridas, serviços públicos de baixa qualidade, capacidades humanas reprimidas, além da renda irrisória, entre tantas outras. Dar condições implica não só em renda, mas também em qualidade na educação, na saúde e nas condições de vida, para que os sujeitos sejam capazes de gerar e gerir bem seus bens, suas escolhas, suas vidas de forma autônoma.

O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF – instituído e regulamentado pela Portaria nº 78, de 8 de abril de 2004, busca proporcionar esse olhar à família nas suas diversas dimensões, de modo a atender suas necessidades integralmente:

é o principal Programa de Proteção Social Básica do SUAS que deve ser necessariamente desenvolvido na Unidade do CRAS¹³ para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contemplando serviços socioassistenciais, socioeducativos e de convivência e projetos de preparação para a inclusão produtiva, direcionados às famílias, a seus membros e indivíduos, de acordo com as necessidades identificadas no território. (MENDES, PRATES e AGUINSKY, 2009, p. 16-17).

Essa é uma forma de promoção de processos sociais emancipatórios para as famílias beneficiárias do PBF que, com base no SUAS, vem dar subsídios para uma mudança efetiva na situação dessas famílias.

3.2.2 Autonomia e Emancipação Social: uma proposta possível?

A autonomia pode ser entendida como a “capacidade do indivíduo de se auto-suprir, desde o mínimo de sobrevivência até as necessidades mais específicas” (RIBEIRO, 2006, p. 180). Complementa-se esse conceito acrescentando que “autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos” (PEREIRA, 2002, p. 71). Assim, para se ter autonomia é preciso vontade própria, ou coletiva, para ser almejada, alcançada e exercida. A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS a apresentam como um de seus princípios e através de seus artigos e propostas buscam garantir seu resguardo.

¹³ “O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social”. (BRASIL. MDS. SUAS, 2009).

A emancipação das famílias é um dos objetivos centrais do Programa Bolsa Família (BRASIL. MDS. PBF, 2008) que, juntamente com outras políticas (educação, trabalho e saúde), buscam promover a inclusão social da população mais necessitada.

Visando ao desenvolvimento e a inclusão social, o MDS trabalha políticas específicas e complementares para que as pessoas se tornem sujeitos da sua história e da história do país. O objetivo comum é de emancipação das famílias, definindo territórios prioritários, traçando metas e com isso obtendo uma maior racionalidade e efetividade dos recursos alocados, tanto financeiros quanto materiais e humanos. (BRASIL. MDS, 2007, p. 3). (Grifos nossos)

Para tanto, é preciso esforço conjunto entre diferentes políticas e esferas da sociedade, em um trabalho articulado. Não basta sanar as deficiências de um único aspecto da realidade, mas abordá-la a partir da totalidade, ou seja, não adianta melhorar apenas a saúde, pois é preciso também ter educação de qualidade, ter trabalho digno, ter condições de moradia, entre outros aspectos que são fundamentais à vida dos sujeitos. Todos os âmbitos da vida humana são importantes e devem ser valorizados, de modo a contribuir com processos emancipatórios.

Para que as práticas sociais desenvolvam possibilidades emancipatórias contra-hegemônicas, entre outros fatores, os seus protagonistas precisam estar capacitados e fortalecidos pela elevação do senso comum à auto-constituição de uma consciência crítica e de seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura. (LUIZ, 2007, p. 65).

A luta contra-hegemônica expressa baseia-se no “movimento social de avanços e desafios [...] para fazer valer perspectivas emancipatórias de cidadania” (LUIZ, 2007, p. 65) como “a democracia, a igualdade, a autonomia, a inclusão social” (LUIZ, 2007, p. 64). Para isso, a autora sugere o

desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites da ‘pequena política’ e chegar a um momento ético-político, de elevação cultural e política de grupos e segmentos sociais, para que estes possam optar autônoma e criticamente pelo melhor caminho a seguir e de contribuir na construção de um caminho emancipatório. (LUIZ, 2007, p. 65).

O olhar crítico sobre a realidade, rompendo com a alienação, promove o conhecimento e assim o protagonismo para as mudanças, necessárias para a

construção de uma sociedade mais igualitária. A emancipação se faz necessária para o desenvolvimento social, mas requer condições para isso, sendo fundamental a presença do Estado na garantia da possibilidade de se ter caminhos a optar e seguir.

O Estado vem implantando políticas e programas que promovem o avanço nessa caminhada numa perspectiva de construção da cidadania. São conquistas a partir de lutas diversas para a garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais justa, em que todos se reconheçam como cidadãos e exerçam essa cidadania na sua plenitude. Mas é preciso ter claro que “a emancipação política em si não é a emancipação humana” (MARX, 2006, p. 29).

Certamente, a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente. Não será necessário dizer que estamos aqui discorrendo sobre a emancipação real, prática. (MARX, 2006, p. 23).

A emancipação real a qual se refere Marx pressupõe novos patamares de sociabilidade, o que pressupõe a superação da subalternidade e da tutela a que historicamente estiveram sujeitos grandes contingentes da população, excluída do acesso aos bens socialmente produzidos. “Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade.” (YAZBEK, 2001, p. 37). Por isso é preciso avançar nas políticas de promoção e fortalecimento dessa categoria (emancipação). Segundo Luiz (2008) com base na análise de textos de Marx e Gramsci, é possível entender a emancipação social a partir de uma dimensão macro, em que:

os desafios para enfrentar e edificar a emancipação social passam pela construção de uma democracia radical, pautada na concretização de direitos humanos e sociais, que poderá ser construída pelo protagonismo e conhecimento/elevação cultural e política da classe subalterna, através de uma revolução processual e histórica conquistada por rupturas moleculares no tecido social, no espaço público. (p. 128).

E ainda, por uma dimensão molecular “pela efetivação de práticas que contribuam para potencializar o protagonismo consciente e ativo, por intermédio da elevação cultural e política dos grupos ou estratos com os quais trabalha”

(LUIZ, 2008, p. 128), ou seja, a população usuária das políticas de assistência social garantidas pelo Estado.

A elevação de uma situação de subalternidade à de protagonismo social – que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público – é o indicador de análise de desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe [...] (LUIZ, 2008, p. 130).

Ao se tornarem protagonistas de suas vidas, autônomos e emancipados, aqueles antes subalternos, praticamente submissos a uma política de interesses e um mercado ditado pelo consumo e pelo “poder”, terão alcançado um patamar de direitos como cidadãos e poderão falar com a sua própria voz suas manifestações enquanto tais, participando ativamente da sociedade.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, busca-se apresentar o embasamento teórico-metodológico utilizado na construção e desenvolvimento dessa produção. Apresenta-se as principais categorias do método dialético-crítico: historicidade, totalidade e contradição, que foram transversais ao estudo. Em seguida, busca-se apresentar como se desenvolveu a pesquisa, explicitando a identificação da amostra e dos instrumentos utilizados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se como embasamento teórico o método dialético-crítico por se acreditar que, com base nesta teoria, seja possível articular e interpretar os conhecimentos e aprendizagens decorrentes desta pesquisa. Este referencial, portanto, norteou o movimento engendrado para a articulação de todas as categorias e teorias aqui discutidas, de modo a dar maior visibilidade e criticidade ao conteúdo: "Se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição" (LEFEBVRE, 1991, p. 174). É na contradição que o real pode ser negado, e esta negação leva a uma nova visão, no sentido da superação, uma nova tese, esse é o movimento dialético do pensamento e da realidade.

O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. (LEFEBVRE, 1991, p. 238).

A contradição dialética é já "negação" e "negação da negação", visto que as contradições estão em luta efetiva. Desse choque, que não é um choque "no pensamento", no abstrato, no plano subjetivo (embora dê

lugar a um "choque de pensamentos"), surge uma promoção mais elevada do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito. (LEFEBVRE, 1991, p. 240).

Ao negar o que está posto de forma crítica, busca-se desvendar uma nova realidade, de modo que não se faça uma crítica vazia, ou a crítica sem consistência característica do senso comum, mas para que subsidie a construção de uma nova situação, de preferência melhor ou mais aprofundada do que a primeira, de modo que se avance e não retorne simplesmente ao ponto de partida, embora o desenvolvimento dos processos possam se conformar a partir de avanços e recuos. Para esse olhar dialético-crítico Lefebvre (1991) aponta três categorias principais que são parte desse movimento, são elas: a historicidade, a totalidade e a contradição.

Entende-se por *historicidade*, o tempo histórico, o movimento entre passado, presente e futuro que influenciam a realidade e o momento em que se está refletindo, ou seja, uma realidade que não está estanque, ela é processo, é movimento.

[...] a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e a transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos. (PRATES, 2005, p. 142).

Buscou-se dar visibilidade a conformação histórica da pobreza e as alternativas de enfrentamento, chegando aos programas de transferência de renda como a alternativa escolhida pelo Brasil, dando um olhar sobre sua proposta original enquanto renda para todos os cidadãos e sua real efetivação. Para tanto foi necessário articular o contexto econômico-social trazendo informações que justificam a necessidade de programas como este para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e mostrando através de dados que ele vem tendo resultados afirmativos, logo, buscou-se uma visão de totalidade. Uma leitura à partir da *totalidade* busca visualizar as relações, seu entorno, o conjunto de condicionantes. Não são seres isolados e solitários, são influenciados por pessoas, pela natureza, por sentimentos, pela sociedade. Há uma interconexão entre múltiplas áreas (política, econômica, social, física, psicológica e biológica), múltiplos saberes, entre o contexto amplo e a

particularidade, enfim, os múltiplos condicionamentos que engendram um fenômeno precisam ser desocultados para que se possa apreendê-lo integralmente.

A totalidade, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem.

[...]

Portanto, analisar um fenômeno, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma inter-relacionada, buscando as determinações que uns tem sobre os outros para melhor interpretar a realidade. (PRATES, 2005, p. 134).

Ao desvendar estas inter-relações verifica-se que são permeadas de contradições. Por exemplo, o PBF sem dúvida tem contribuído para a melhoria de algumas condições materiais e simbólicas das famílias beneficiárias, contudo, isso não significa que também não seja instrumento de conformação, de redução da pressão sobre o Estado, de manutenção da pobreza, na medida em que ainda, deslocado de outras relações (dentro da política de Assistência Social, com outras políticas) não viabilize movimentos mais significativos de superação.

A expressão de uma entrevistada bem explica esta situação ao expressar o que mudou após sua inserção no PBF:

FAM 01 - Mudou. Mudou porque antes eles (os filhos) eram mais revoltados, quando não tinha coisas, faltava comida, essas coisas aí, quando pegavam coisas na rua, isso aí é revoltante, né? Agora eles não precisam mais disso aí, eles sabem que vão para o colégio, que vem para casa, eles tem o horário de tema, tem o horário de brinquedo tem tudo, não precisa mais tá se preocupando em sair nessa friagem para catar coisa na rua, isso aí mudou.

A *contradição*, portanto, é entendida como a negação da realidade de modo a levar a superação, como mola propulsora do movimento. É uma negação inclusiva, pois pressupõe o conflito entre os opostos, levando assim a superação. Segundo Prates (2005, p.136 e 137):

a contradição dialética, mais do que uma relação de exclusão, é inclusão plena, concreta dos contrários – uma negação inclusiva. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é, pois é da determinação e negação do outro que decorre a existência de propriedade de cada fenômeno.

[...]

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios.

Essas três categorias, historicidade, totalidade e contradição, estão interligadas e são parte da realidade em permanente movimento e por isso perpassam todas as relações, produções, contextos, sujeitos e estruturas, logo, são transversais a esse trabalho. É com base nessas categorias que se procurou fazer uma leitura crítica e propositiva da realidade estudada. Cabe ainda destaque com relação ao método escolhido a relevância atribuída a prática social e a finalidade transformadora. O Serviço Social tem o compromisso ético com a qualidade das políticas públicas, com a democratização da riqueza produzida e novos patamares de sociabilidade, com isso, o profissional, Assistente Social, tem a preocupação com uma prática interventiva com direção social definida, sendo fundamental sua participação junto aos atores sociais na garantia dos direitos.

Dando continuidade foram definidas algumas categorias explicativas da realidade, que emanaram do problema de pesquisa e questões norteadoras como: *pobreza e desigualdade social, autonomia, processos sociais emancipatórios, família e Programa Bolsa Família*, de modo a orientar a investigação a partir de bases mais consistentes. Essas categorias foram adensadas nos capítulos anteriores desse trabalho. Algumas categorias empíricas, ou seja, aquelas que emergem da realidade, surgiram ao longo da pesquisa, a partir da expressão dos sujeitos investigados e foram tratadas de modo a compor a interpretação do tema em estudo. Foram elas: *impacto econômico, direitos sociais, políticas públicas*.

“Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudança” (IAMAMOTTO, 2001, p. 62). Por isso, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, baseada em dados de natureza quanti-qualitativa, através da realização de coleta de dados por meio de entrevistas orientadas por formulários semi-estruturados e de questionários. A pesquisa foi exploratória, por proporcionar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais visível, além de ser bastante flexível (GIL, 1989). Neste tipo de pesquisa foram “coletados dados em

quantidade e em qualidade compatíveis com o nível de aprofundamento esperado” (BAPTISTA, 2003, p. 50).

Ainda mantendo a coerência com o método escolhido, os dados quantitativos e qualitativos foram analisados separadamente num primeiro momento e depois foi feita uma análise reflexiva do conjunto dos dados, pois são reconhecidos como complementares. Contudo, enfatiza-se os dados qualitativos que viabilizam uma análise a partir da voz dos sujeitos.

Tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso de um crescimento quantitativo gradual. [...] Por conseguinte a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica. (LEFEBVRE, 1991, p. 211).

No entanto, após um crescimento qualitativo relativamente calmo, em determinado momento, pelo acirramento das contradições, o devir tornar-se-á transformador abolindo “de um só golpe a unidade assim constituída, substituindo-a brutalmente por outra coisa. Assim o devir será ao mesmo tempo contínuo e descontínuo” (PRATES, 2003, p. 140). Desse modo, Lefebvre, ao descrever a lei dialética dos saltos, não deixa dúvidas quanto a relação intrínseca entre quantitativo e qualitativo no movimento constitutivo do real, logo, dicotomizá-los é uma forma de fragmentar a realidade.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Porto Alegre, sendo selecionados alguns bairros, utilizando como critério níveis elevados de vulnerabilidade social segundo dados divulgados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, a qual indicou, dentre estes, locais e instituições de seu interesse para a realização da pesquisa. Os locais deveriam desenvolver atividades junto às famílias cadastradas no PBF, podendo ter atendimentos

grupais diferenciados, ou seja, não ser direcionado exclusivamente às famílias do programa, mas que elas fossem contempladas, como no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, ou outros programas. Foram entrevistadas duas Assistentes Sociais e uma estagiária de Serviço Social de instituições que compõem a rede sócioassistencial e que realizam acompanhamento às famílias do Bolsa-Família, bem como quatro famílias beneficiárias do programa vinculadas a essas instituições, somando-se um total de sete entrevistas que privilegiam a obtenção de dados qualitativos. A amostra foi do tipo não probabilística intencional que segundo Marconi e Lakatos (2002), se caracteriza por não ser calculada estatisticamente, mas escolhida pelo pesquisador a partir de critérios pré-estabelecidos. Para a seleção das famílias, foi solicitado àquelas que estavam na sala de espera ou de passagem nas instituições e que se dispuseram a responder a pesquisa.

Para aplicação do questionário foi utilizado como critério a acessibilidade, ou seja, de acordo com a pré-disposição do grupo, da instituição e individual em participar da pesquisa, em diferentes Centros Regionais de Assistência Social e entidades que realizam atendimento às famílias do PBF, no município de Porto Alegre. Os respondentes foram os beneficiários do Bolsa Família, independente de ser a pessoa responsável pelo seu recebimento, contudo, apenas um sujeito de cada família pode participar do processo de coleta de dados. Apenas dois participantes não eram os responsáveis por ele na família, sendo 99 mulheres e 4 homens.

Dessa forma buscou-se atingir um grande número de respondentes, embora não se tenha utilizado amostra probabilística, sendo aplicados 103 questionários, o que permitiu que se efetivasse o tratamento desejado. A amostra foi definida de forma não probabilística por tipicidade, ou seja, “a hipótese subjacente a escolha de uma comunidade típica é que ela se apresenta típica no que concerne a um conjunto de propriedades” (MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 53); no caso do presente estudo, a inserção no PBF pela situação de vulnerabilidades similares que são condicionalidades para que estas famílias sejam beneficiárias do mesmo. Para Marconi e Lakatos (2002, p. 53) pode-se inferir que características comuns nestes grupos “tendem a alterar-se da mesma forma que se alteram os valores”, portanto, a maneira como se relacionam.

Os grupos em que foram aplicados os questionários, bem como dias e horários para a realização das coletas, foram definidos junto às instituições de modo a não prejudicar o andamento de seus trabalhos. A distribuição dos questionários com relação aos bairros em que foram aplicados são apresentados na tabela 1:

	<i>Local de aplicação</i>	<i>Nº de questionários aplicados</i>	<i>Frequência</i>	<i>Índice de Vulnerabilidade</i>
1	Bom Jesus	20	19,4%	0,512
2	Restiga	20	19,4%	0,541
3	Guarujá	19	18,4%	0,719
4	Cavanhada	16	15,5%	0,791
5	Lomba do Pinheiro	14	13,6%	0,463
6	Jardim Floresta	11	10,7%	0,759
7	Arquipélago	3	2,9%	0,091
Total		103	100%	

Tabela 1 – Questionários aplicados segundo bairros de Porto Alegre
Fonte: PREFEITURA de Porto Alegre (2007); Dados elaborados pela autora.

Os bairros encontram-se com pontuação abaixo de 0,8 no índice de vulnerabilidade social, porém ressalta-se que, apesar de alguns bairros apresentarem índices que podem ser considerados elevados, as entrevistas foram feitas com famílias que se encontram nas condições pré-estabelecidas pelo projeto. É o caso dos bairros Cavanhada, Jardim Floresta e Guarujá, que apresentam uma grande disparidade entre as classes econômicas que ali habitam.

Os cuidados éticos foram tomados, tendo sido utilizado o “Termo de Consentimento Informado” (APÊNDICE D e E), no qual o respondente é informado de que a pesquisa não lhe oferece risco e que poderia desistir de participar da mesma, durante a entrevista, sem que isto lhe acarretasse qualquer dano. Esse documento dá garantia de que o sujeito não estará exposto de nenhuma forma. O Termo foi apresentado em duas vias que foram devidamente assinadas pelo entrevistado/respondente e pelo pesquisador, no qual assume que concorda em participar da pesquisa, ficando uma cópia para cada um. Foram utilizados dois diferentes Termos, sendo um para o questionário (APÊNDICE D) e o outro para as entrevistas gravadas (APÊNDICE E).

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993), artigo 2º (letra i), aponta como direito a estes profissionais a “liberdade na

realização de estudos e pesquisas”, porém prossegue seu texto chamando a atenção: “resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”. O sigilo profissional também estabelecido pelo Código (Art. 15 a 18) foi observado nesta pesquisa, de modo que os sujeitos respondentes não sejam identificados, garantindo sua integridade.

O projeto de pesquisa que norteou esta investigação e produção obteve aprovação da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Comitê de Ética da PUCRS. Estas avaliações ocorreram para que a pesquisa estivesse de acordo com os requisitos necessário para sua efetivação, sem prejuízo de ninguém, garantindo a integridade e segurança daqueles que se dispuseram a contribuir com o estudo realizado.

É dever dos Assistentes Sociais (Art. 5º) “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CFESS, 1993), de acordo com os preceitos do Código de Ética Profissional. Para tanto, elaborou-se um relatório que compõe a Dissertação de Mestrado conforme exigências do curso, servindo de base para a construção e elaboração de novos materiais em que os mesmos sejam divulgados.

Às instituições que colaboraram com a pesquisa foram convidadas para a defesa da Dissertação e, na medida do possível, serão feitos seminários locais para um retorno mais adequado às famílias. Artigos e resumos construídos ao longo da pesquisa, bem como seus resultados, foram e estão sendo enviados para congressos e publicações, cumprindo com o objetivo de socializar processos e resultados decorrentes do estudo.

4.3 O PROCESSO DE COLETA: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para realização do processo de coleta de dados foram utilizados a técnica de entrevista e três instrumentos, sendo dois formulários para orientação das entrevistas e um questionário. As entrevistas foram efetivadas com Assistentes

Sociais de instituições que realizam acompanhamento às famílias inseridas no Programa Bolsa-Família, bem como com famílias beneficiárias do Programa, vinculadas a instituições.

O contato com as instituições foi realizado previamente por telefone para agendar a visita e para realização das entrevistas e dos questionários. Em alguns casos, o Termo de Consentimento Informado foi enviado via e-mail para maiores esclarecimentos junto aos responsáveis locais.

As entrevistas foram orientadas por um formulário do tipo semi-estruturado, com perguntas focadas ou temáticas, abertas e fechadas, previamente selecionadas para serem apresentadas aos respondentes (GIL, 1994; YIN, 2001). Entende-se como entrevista semi-estruturada

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

É preciso ter claro o foco da pesquisa e levar em conta o que foi estudado anteriormente nas categorias explicativas da realidade. Assim a entrevista pode fruir de acordo com o que se buscava investigar, trazendo novos conteúdos que enriquecem o trabalho.

Os cuidados com planejamento e condução das entrevistas foram tomados, de forma a garantir a qualidade dos dados coletados e para não influenciar as respostas, ou mesmo para não inibir o respondente, de modo que não se sentisse ameaçado ou intimidado (MINAYO, 2002). É importante observar ainda que a “*entrevista* não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (MINAYO, 1999, p. 114). Foi possível observar que os entrevistados conseguiram expressar livremente suas opiniões, porém as famílias apresentaram maior dificuldade em falar sobre seus sentimentos com relação ao PBF, por uma falta de entendimento das questões, em alguns casos, mesmo após a explicação da pesquisadora, por receio de estarem se expondo, entre outros motivos. Apesar de solicitar um ambiente adequado para realização das entrevistas, em algumas situações isso não pode ser garantido, visto que o

ambiente da instituição não possuía local favorável, disponível para a realização da pesquisa, devido ao andamento de suas atividades. As entrevistas com as famílias foram realizadas na instituição, seguindo o mesmo procedimento das entrevistas com as Assistentes Sociais.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de entrevista (formulário) formado basicamente por questões abertas e algumas questões objetivas ou fechadas (APÊNDICES A e B). As questões centrais que possibilitaram alcançar os objetivos propostos tiveram suas respostas gravadas para possibilitar posterior transcrição e análise, garantindo assim maior fidedignidade às palavras do entrevistado.

Por sua vez, o levantamento foi realizado a partir de um questionário fechado (APÊNDICE C) com famílias beneficiárias do Bolsa-Família que participam de grupos de trabalho social ou que se encontravam na sala de espera para atendimento. O instrumento foi distribuído nos grupos para todos que se interessaram ou se dispuseram a contribuir com a pesquisa após uma breve apresentação da proposta de investigação e o esclarecimento sobre o preenchimento do questionário, que foi respondido de forma individual. Devido a dificuldade de conseguir agendar com os grupos e estes possuírem poucos participantes, os questionários foram aplicados também nas salas de espera de atendimento às famílias do Programa Bolsa Família que procuravam o local para o cadastramento ou outros tipos de atendimento. Sua aplicação se deu então de forma individual, com uma aproximação dos sujeitos através da apresentação do Termo de Consentimento Informado e o convite para participar da pesquisa. Aqueles que concordaram, responderam as questões com o auxílio do pesquisador no que concerne a esclarecimentos acerca das questões contidas no instrumento. Sua realização em sala de espera permitiu uma ampla divulgação da pesquisa, pois surtia curiosidade nas demais pessoas presentes no ambiente que, embora não tenham concordado em participar da pesquisa, vinham perguntar o que estava sendo feito e assim foi possível apresentá-la.

O questionário difere do formulário como instrumento de coleta dependendo da pessoa que o preenche, ou seja, "o questionário é preenchido pelo próprio entrevistado e o formulário é preenchido indiretamente, isto é, pelo entrevistador" (BARROS e LEHFELD, 2000, p.50). O uso do questionário possui uma grande desvantagem, principalmente nesta pesquisa, pois pressupõe que o

pesquisado seja alfabetizado, o que se sabe não ser a realidade de parte das famílias beneficiárias, objeto principal desta investigação. Mas, foi realizada esta escolha de modo a aprofundar alguns dados quantitativos importantes à análise da realidade social das famílias atendidas pelo PBF. A leitura do instrumento foi feita oralmente pela pesquisadora que orientou e esclareceu as dúvidas, de forma coletiva nos grupos e individual na sala de espera, procurando assim superar a dificuldade daqueles com problemas de leitura; as respostas eram facilitadas por serem questões fechadas. O local e a data foram preenchidos pela pesquisadora. Nos grupos, muitas mulheres apresentaram dificuldades para preenchê-los, sendo dada maior atenção e auxílio durante o preenchimento. Isso foi possível também pelo número reduzido de participantes nos grupos, permitindo uma maior proximidade. Apenas em um grupo duas participantes não quiseram responder, o que pode ter sido em razão do analfabetismo. Em um dos grupos, os participantes se dispersaram para responder o questionário, o que dificultou a leitura coletiva e o esclarecimento de dúvidas, mas buscou-se dar atenção de acordo com a solicitação de cada um dos participantes e verificou-se a disponibilidade de cooperação entre eles e com relação a pesquisa. Como vantagem, este instrumento permitiu atingir um grande número de pessoas ao mesmo tempo. O tempo para a realização da coleta nos grupos foi de, em média, 20 minutos.

As entrevistas e respectivos formulários e questionários passaram por um pré-teste para que fosse observado: “a compreensão das questões, a verificação de dúvidas e das dificuldades no preenchimento, a necessidade de introdução ou supressão de perguntas” (BARROS e LEHFELD, 2000, p. 53). A testagem foi realizada pela aplicação dos primeiros instrumentos que permitiram a avaliação e readequação, tendo sido acrescentado apenas duas perguntas ao questionário. Nos demais instrumentos não houve modificações.

5 OS PRINCIPAIS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em duas partes principais. Primeiramente, apresenta-se a expressão dos processos e a análise dos dados dos profissionais. Esta análise foi essencialmente qualitativa e os seus procedimentos metodológicos são descritos na mesma seção. Posteriormente, apresenta-se a análise dos dados das famílias. Neste caso, foram analisados tanto dados qualitativos como quantitativos. A análise dos dados qualitativos seguiu os mesmos procedimentos das entrevistas com os profissionais. Já explicações sobre a análise dos dados quantitativos são apresentadas ao longo do texto, de forma a facilitar a compreensão dos dados estatísticos.

5.1 A EXPRESSÃO DOS PROCESSOS E A ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFISSIONAIS

Para efetivação da análise qualitativa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 1977). As respostas foram interpretadas individualmente, utilizando-se a técnica definida como análise categorial, ou seja, a decodificação em diversos elementos os quais são classificados formando agrupamentos (RICHARDSON, 1999; BARDIN, 1977), no caso específico a partir do agrupamento das diversas respostas à mesma questão. Bardin define estes elementos de “unidades de registro”, que consistem em unidades “de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem freqüencial” (1977, p.104).

O critério de seleção das unidades de registros foi estabelecido por tema (análise temática). A análise temática visa identificar núcleos de sentidos nas comunicações e, neste caso, nas entrevistas transcritas. Bardin (1977, p.105) afirma que

o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em idéias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis.

Unrug (apud BARDIN, 1977, p.105) complementa afirmando que o tema é “uma unidade de significação complexa, de comprimento variável [...]: podem constituir um tema, tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições)” sendo considerado também como tema sua ausência ou sua negação.

Bardin (1977) apresenta o modo de contagem das unidades de registros como regra de enumeração, por exemplo: a presença (ou ausência), a frequência, a frequência ponderada, a intensidade, a direção e a ordem. Segundo Minayo (1993, p. 209), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”. A regra de presença/ausência foi a opção escolhida para a análise dessa pesquisa, que, segundo Minayo (1993, p. 209) “denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso”.

Inicialmente, portanto, montou-se a grade de análise contendo as respostas dos entrevistados e buscou-se identificar como as categorias teóricas apareciam em cada questão, identificando aproximações e divergências. Posteriormente verificou-se o surgimento de novas categorias que emanaram da expressão dos sujeitos que, acrescidas as primeiras permearam os núcleos de significação a partir dos quais buscou-se articular inferências e reflexões teóricas. Algumas expressões dos usuários, como foram explicitadas também foram articuladas como contra-prova de modo a dar maior visibilidade a suas opiniões, valorações e sentimentos.

Foram realizadas entrevistas qualitativas com três pessoas responsáveis pelo atendimento às famílias, sendo duas Assistentes Sociais vinculadas aos Módulos da FASC e uma estagiária responsável pelo cadastramento das mesmas no Programa. Optou-se por realizar a entrevista com a estagiária por se identificar que sua contribuição, enquanto responsável pelo cadastramento, poderia trazer uma visão complementar a das Assistentes Sociais que não estão trabalhando diretamente com o Programa, mas com famílias que procuram a instituição.

A estagiária estava trabalhando com o Programa a aproximadamente um ano e se apresentava como vinculada à FASC e não a um módulo específico, já tendo trabalhado em no mínimo três diferentes módulos. Os estagiários que trabalham com o Bolsa Família são coordenados por um setor na FASC, que centraliza os trabalhos do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. As Assistentes Sociais possuíam mais de 15 anos de profissão, sendo que uma trabalha no atendimento de ponta há mais de 8 anos e a outra há um mês, já tendo trabalhado na área de gestão. Far-se-á, daqui para frente, referência às três entrevistadas como técnicas e profissionais sem diferenciá-las, apenas citando por números, 1, 2 ou 3 com as iniciais AS (Assistente Social) para fazer distinção entre as respostas.

Verifica-se, em diversas respostas dadas pelas profissionais, referências constantes em relação às condicionalidades, saúde e educação, exigidas pelo PBF. Ao se questionar estes respondentes sobre o que o PBF proporciona para as famílias (Questão 9), duas destacaram a repercussão do programa a partir das condicionalidades, sendo mencionado por uma delas o impacto na consciência com relação a educação, indo além da obrigação pela condicionalidade.

AS 01 – [...] elas tem cuidado muito para as crianças ficarem na escola o que antes não ocorria. Elas comentam isso, que antes não tinham muito acompanhamento na escola e que agora já são um pouco mais exigentes com os filhos para que permaneçam na escola; também porque sabem que é necessário para o BF. Elas sabem que é uma obrigação, mas um pouco agora, pelo que eu estou percebendo, fazem não só por obrigação, e sim porque elas criaram essa consciência ao longo do tempo, acredito eu.

Percebe-se um avanço proporcionado pelo BF que já demonstra reflexos na forma de pensar das famílias. Em uma outra questão uma das profissionais menciona que a ligação com esta condicionalidade é tão grande que algumas famílias ainda chamam de Bolsa-Escola. Outros aspectos importantes levantados pelas entrevistadas, sobre a questão 9, se referem a uma melhora na alimentação e a um impacto econômico na vida dessas famílias, o que demonstra uma melhora nas condições de vida das mesmas.

A educação é considerada o ponto forte na atenção das famílias, com a manutenção e o cuidado com a presença das crianças e adolescentes na escola, apesar da qualidade desse serviço ter sido questionado por uma das

entrevistadas, fazendo referência ao olhar do BF estar voltado para a quantidade e não para a qualidade dos serviços oferecidos.

A saúde ainda está caminhando a passos curtos sendo citada mais como necessidade de atenção à saúde mental das famílias do que pelo resultado apresentado pelo seu acompanhamento que ainda se limita a questão do peso/altura e das vacinas das crianças. Ao citar a saúde mental como um complicador na vida e na organização familiar, visto que muitas se encontram em sofrimento e assim também mais vulneráveis, uma das profissionais salienta a importância de um trabalho voltado para essa questão de modo a proporcionar uma melhora real na qualidade de vida dessas famílias, pois com o recebimento do benefício

AS 2 - pouco avançam, porque quando fica somente na política de Assistência, há a necessidade desse trabalho da saúde mental. Nós vimos que isso meio que atrapalha essas famílias, mesmo elas ganhando o Bolsa. Então eu acho que a contribuição, muitas vezes fica restrita a uma questão de quantidade e de acesso, mas não muda com a política, a política pública que essas pessoas precisam ter.

São justamente estas famílias mais vulneráveis e com maior necessidade que tem grande dificuldade para cumprir as condicionalidades e se manter como beneficiárias. Esse fator também apresenta grande influência sobre a educação das crianças, o que prejudica seu aprendizado escolar, segundo a AS 2, aquelas famílias mais organizadas ou as que conseguem se estruturar, têm maior sucesso com a permanência das crianças na escola. Um exemplo interessante que uma delas relata de uma usuária é que ao questioná-la sobre o que o BF melhorou na sua vida, ela responde que não tem mais dor nas costas, por ter conseguido comprar o encanamento de água e não precisar mais buscar água com balde na cabeça e ter comprado um colchão, benefícios para saúde que melhoraram a qualidade de vida dessa usuária. Este exemplo ajuda a mostrar que a família, ao administrar o benefício, busca sanar as suas dificuldades de acordo com o que é melhor para ela naquele momento, diferente dos auxílios anteriores que eram direcionados para o leite, o gás ou alimentos, quando na verdade a prioridade poderia ser outra. A administração do dinheiro por parte das famílias permite um avanço no desenvolvimento de sua autonomia, na medida em que se sentem também valorizadas e empoderadas.

Com relação às iniciativas para o desenvolvimento da autonomia e emancipação, as três reconhecem que não há. Uma delas, no entanto, refere o PLANSEQ¹⁴, contudo destaca a dificuldade de operacionalização. Ao se questionar as outras entrevistadas sobre o PLANSEQ vê-se confirmado essa dificuldade e salientam o problema da informação tanto para as famílias quanto para os profissionais, apesar de todas reconhecerem a importância deste tipo de iniciativa. Uma delas salienta que o público atendido ainda não se encontra em condições para isso, sendo necessário, como já foi citado, um trabalho de saúde mental e de apoio que possibilite as famílias se reorganizarem para poderem chegar a uma capacitação e qualificação para serem reconduzidas ao trabalho. Verifica-se a baixa procura pelas famílias e pela indicação dos ASs que ainda não tem clareza sobre o seu funcionamento efetivo, o que se mostra um limite no processo emancipatório das famílias.

Com relação as contribuições das iniciativas para a construção da autonomia e da emancipação, percebe-se que este processo se iniciou, mas está longe de alcançar um patamar "ideal". São poucas as famílias que participam de algum acompanhamento, o que seria primordial para as mudanças necessárias para a emancipação do público alvo. Está presente na fala de duas das três técnicas que as famílias querem trabalhar, conseguir um emprego para poderem se manter sem depender do auxílio do governo.

AS 1 - Antes o que se pensava no começo do programa "ah tem que receber o dinheiro porque é obrigação do governo, eles tem que me dar". Agora é diferente "eu quero essa complementação mas eu quero ganhar o meu dinheirinho para conseguir trabalhar, conseguir ajudar os meus filhos. Eu mesma conseguir as minhas coisas, sem precisar do governo. Poder ir numa loja não com o dinheiro do BF, mas sim com o meu dinheiro. Eu mesma, sem precisar da autorização do governo para fazer qualquer coisa".

AS 3 - [...]a maioria dos usuários querem é trabalho, querem ter sua carteira assinada, querem ter os seus direitos garantidos [...] eles querem sim é poder trabalhar e não depender.

Fica clara que existe uma perspectiva dos sujeitos de não dependerem desse recurso, por outro lado também percebe-se que não reconhecem o recurso como um direito, pois entendem que precisam pedir "autorização para o

¹⁴ PLANSEQ – "é o Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família. A ação está articulada com as obras do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento". (BRASIL. MDS, 2009).

governo” para utilizá-lo. Quanto ao desenvolvimento da autonomia e da emancipação após a inserção no PBF, ressalta-se a fala a seguir:

AS 1 - Com o Bolsa Família elas podem fazer a identidade sem precisar de um atestado de pobreza da AS. Esse tipo de coisa, elas mesmas já sabem que elas podem fazer sozinhas as certidões de nascimento de seus filhos. Elas mesmas podem fazer. Isso acaba desenvolvendo a autonomia delas aos pouquinhos. É porque, eu penso que com o programa, não é bem assim para conseguir isso. Eu acredito que não seja, porque isso é um processo um pouco histórico mesmo. Porque são pessoas, não sei se eu tenho razão, que nunca foram estimuladas a pensar, nunca foram estimuladas a agir por elas mesmas. Sempre recorriam a AS para qualquer coisa da vida delas e, por mais que seja meio absurdo dizer: "agora elas conseguem fazer a identidade sozinhas", isso é uma vitória para elas. Assim como ter um cartão do banco, isso emancipa. Elas podem ir lá tirar o dinheiro delas, não precisam da autorização de alguém.

Resgate da dignidade que é sem dúvida um elemento fundamental ao processo de emancipação. Contudo, a expressão também explicita uma violação de direitos, porque a comprovação de pobreza é proibida pela LOAS. Outro aspecto que é ressaltado pela profissional é a histórica subalternidade dos sujeitos a partir de expressões como: não pensar, depender, não agir. No entanto, nessa fala é possível identificar o desenvolvimento incipiente desses dois processos, emancipação e autonomia.

Os programas PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e NASF (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar) são os que apresentam maior interlocução com o BF, o que está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL. PNAS, 2004, p. 29):

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial.

Além disso, há o acompanhamento individual às famílias que procuram atendimento sendo aberto a todos, não necessitando ser beneficiário do BF, mas que se enquadrem nos seus critérios. Isso permite que mesmo a população que se encontra descoberta, tenha acesso a outros recursos. Verifica-se na fala das três ASs que não há um atendimento direcionado às famílias do BF. O PAIF, que está previsto no SUAS e que deveria fazer esse atendimento, ainda não está sendo aplicado, tendo sido citado apenas por uma das ASs como um programa

da política de Assistência Social. Na relação com esta política, uma das profissionais fala sobre os outros programas oferecidos e como eles funcionam, como o Sentinela, o Ação-Rua e o NASF, mas nenhuma delas responde como está se dando esse diálogo entre o BF e os outros serviços da Política de Assistência Social, o que demonstra a pouca clareza ou a inexistência de interface, visto que as informações são passadas oralmente de acordo com o interesse dos profissionais. O mesmo ocorre com as outras políticas, inclusive com a saúde e educação que estão vinculadas ao BF:

AS 1 - [...] quando a gente lê o Programa, eu estudei sobre ele, diz que tem que ter interlocução com a saúde com a educação, mas na prática, o que eu tenho percebido é que não está havendo isso [...].

Apenas uma relatou ter um bom diálogo com estas duas políticas, mas nenhuma citou alguma política fora das condicionalidades, como a política de trabalho e emprego ou habitação, que também são políticas que deveriam estar próximas da realidade desses locais.

Quanto à estrutura disponibilizada pelo poder público para a execução do programa é possível identificar muitas limitações, em primeiro lugar nenhum dos módulos da FASC, também chamados de Centros Regionais de Assistência Social - CRAS, estão adequados ao que preconiza o SUAS e a PNAS no que concerne ao local de atendimento aos usuários. O SUAS prevê esse atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, cuja placa e identificação devem ter esta nomenclatura única em todo o território nacional. Em Porto Alegre a sigla se mantém CRAS, mas para designar a versão anterior, confundindo-a com a atual, que, no caso de um município de gestão plena, deveria dispor dessas unidades de atendimento para cada subgrupo de 5.000 famílias. Nesse sentido o município está atrás de várias cidades com menos recursos, o que demonstra a falta de interesse político na sua implantação ou “vontade política” como aparece na fala a seguir:

AS 3 - Não é por falta de entendimento, eu acho que é vontade política mesmo de fazer. De não entender, acho que é uma questão de concepção, de não entender que a política de Assistência Social é um direito, não um favor que se faz para as pessoas.

De acordo com a percepção desta profissional, identifica-se que a falta de vontade política, bem como a falta de conhecimento, têm impedido o desenvolvimento mais adequado do programa e da política de assistência social assim como a intersectorialidade prevista no sistema com as outras políticas como saúde, educação, habitação, transporte. Uma das AS aponta a necessidade de fazer com que este Programa se torne um direito de modo que não seja mais um discurso político eleitoral, vinculado a imagem do Presidente Lula e se torne sim uma política de Estado e não de governo.

Voltando as limitações estruturais, foram citados os recursos materiais como a falta de computadores, acesso a rede de internet e de telefone em alguns locais de atendimento, o que impede o cadastramento das famílias e prejudica o acompanhamento daquelas já cadastradas, além de dificultar os encaminhamentos e articulações com outras políticas e com a rede sócio-assistencial. O acompanhamento às famílias do BF é feito por estagiários que não são os mesmos que atendem e acompanham as famílias, ocorrendo uma troca de informações de acordo com o interesse do cadastrador e do profissional da ponta, sem nenhum controle ou regularidade para que isso ocorra. Não é feita nenhuma avaliação da situação qualitativa da família onde se identifique avanços ou retrocessos que venham a contribuir para a verificação da efetividade a partir de um olhar crítico sobre o BF.

AS 1 – O BF não tem acompanhamento que nem PETI e NASF que tu pode ter um mapeamento [...].

AS 2 – [...] tem que atuar com os instrumentos, com o fluxo, com avaliação e monitoramento. Monitoramento e avaliação permanente são formas de qualificar qualquer ação e o Bolsa precisa ser assim.

A falta desse olhar prejudica as famílias no momento do recadastramento e na manutenção ou cancelamento do BF, pois não reflete os processos pelos quais as famílias estão passando, suas forças e suas fraquezas, o que precisa ou não ser potencializado para chegarem ao patamar de autonomia e poderem ser desligadas com resultados mais efetivos. Algumas famílias, para não correrem o risco de perderem o benefício, recorrem a estratégias e muitas vezes acabam se auto prejudicando:

AS 1 – [...] eu tenho comentado que está acontecendo um fenômeno no qual os maridos estão saindo das casas. Todos os maridos estão saindo esse ano, por quê? Porque o marido é o que tem a renda na casa. É uma estratégia delas de sobrevivência, retirar o marido para que a renda continue baixa, porque elas só fazem faxina uma vez por mês, dá R\$50,00, então continuam no programa.

AS 2 – [...] a gente tem aqueles casos pavorosos de famílias que, para não sair, voltam a se penalizar novamente. Voltam a entrar numa situação de vulnerabilidade para poder recorrer ao recurso ou para ficar mais tempo nele. [...] Voltando a mendicância, [...] volta o trabalho infantil das crianças. Principalmente a questão do trabalho infantil é muito presente [...].

Infelizmente, em alguns casos, acaba ocorrendo um retrocesso no processo de emancipação, o que mostra um sinal de dependência, mas também de falta de clareza sobre a proposta do programa. O recebimento de recursos próprios devem servir de base para a melhora das condições da família, sendo o BF um benefício temporário até que esta família encontre formas de superar as dificuldades.

Para a melhoria do PBF as ASs sugerem: cursos de geração de renda; a participação dos usuários para pensar o programa e suas melhorias, com um valor regionalizado de acordo com o custo de vida de cada local; maior clareza e um trabalho efetivo e de qualidade para a emancipação e autonomia dos usuários; gestão clara do programa; avaliação e monitoramento permanentes; qualificação do serviço público; garantia do programa como direito e implantação dos CRAS. Observa-se que as sugestões apresentadas na verdade estão quase todas previstas no SUAS, resta o desafio de implementá-las.

5.2 A EXPRESSÃO DOS PROCESSOS E A ANÁLISE DOS DADOS DAS FAMÍLIAS

Apresenta-se neste subcapítulo a análise dos dados das entrevistas com as famílias divididas em dois subitens, um com a análise qualitativa e o outro com a análise quantitativa. Buscou-se, portanto, aportar dados demográficos acerca do grupo estudado, mas também estratos de suas expressões, o que será exposto

de modo integrado no item que segue, através de análise qualitativa feita a partir das entrevistas gravadas. Estes dados complementaram de modo significativo os obtidos a partir do questionário, apresentado a seguir, que abarcou um número bem mais significativo de sujeitos, exatamente para o adensamento de aspectos quanti-qualitativos. Revela-se assim a importância de conhecer os sujeitos e os contextos nos quais estão inseridos, bem como ouvir o sentido que atribuem a esse viver histórico, o que caracteriza seu modo de vida, também expresso no significado que acessos e interdições sociais têm para cada família.

5.2.1 As entrevistas

Foram feitas 4 entrevistas gravadas com famílias beneficiárias do BF. As respondentes foram todas mulheres com 31, 34, 37 e 38 anos, sendo elas as pessoas cadastradas, responsáveis pelo recebimento do benefício. Em 3 delas o número de membros da família soma 5 pessoas e em uma família são 9 membros. Todas são compostas por crianças (de 0 a 12 anos), adolescentes (de 12 anos a 18 anos) e adultos e apenas uma possui um jovem. Nenhuma delas apresentava idosos em sua composição. Uma das entrevistadas relata que um filho possui dependência devido à doença grave e devido a sua necessidade de acompanhamento médico sistemático, não consegue manter um emprego. Outra relata possuir um membro da família com dependência química. Duas famílias recebem o benefício desde o seu começo em 2003, não tendo sido investigado o recebimento de benefícios anteriores, uma começou a receber em 2004 e a outra em 2006.

Com relação às condicionalidades de saúde e educação, as famílias não relatam mudanças significativas nessas questões e revelam que nem todas tem o acompanhamento de saúde, visto que ele é direcionado às gestantes, nutrizes e às crianças de até 7 anos. O acompanhamento da saúde se encontra muito limitado, não abrangendo a família como um todo e apenas por um período de tempo. Essas famílias não deixam de ser atendidas pelo SUS caso precisem, mas

não há um acompanhamento direcionado ao BF de modo a registrar as situações familiares com o intuito de promover ações de intervenção, com vistas à superação de tais problemáticas. Duas famílias dizem não ter modificado nada em relação às condições de saúde, duas dizem ter melhorado, sendo que uma salienta que os filhos estão mais saudáveis e estão seguindo as orientações de higiene dadas pela médica:

FAM 1 – [...] a doutora me falou, que eles não podem estar de pé descalço naquele local onde eu moro, que eles tem mania de jogar bola e tirar os calçados e jogar sem. Ali eles tem que jogar sempre de calçados de preferência e lavar as mãos sempre antes das refeições que é almoço, janta e os cafés. Isso aí eu tô cuidando muito esse negócio de lavar as mãos.

Quanto à presença na escola, esta condicionalidade é cobrada pelas mães passando a responsabilidade da manutenção do benefício aos filhos:

FAM 03 – [...] eu não recebi o mês de dezembro, mas depois de lá pra cá eu conversei com eles, dei uma tunda em cada um porque eu disse que se um recebesse, se um não ganhasse roupa nova os outros não iam ganhar porque ninguém ganhou, por culpa dos grandes, os pequenos não ganharam por culpa dos grandes, então de lá para cá eles tão tudo direito”.

A responsabilização da criança pelo recebimento do Bolsa, através da presença na escola, gera pressão e mesmo violência infantil como visto na fala acima. Essa é uma questão que deve ser trabalhada com as famílias de modo a evitar a violência, responsabilizando os pais e não as crianças pela retenção do benefício. As famílias estão mais atentas à presença das crianças e adolescentes na escola e apesar de uma família revelar uma mudança nas atitudes dos filhos que antes eram “mais revoltados” (FAM 01), nenhuma apresenta relatos de avanços quanto à aprendizagem, mas espera-se que a frequência e a possível vinculação faça com que diminua a evasão escolar e melhore a qualidade do ensino e aprendizagem, de modo que as crianças e adolescentes concluam os estudos e não desistam no caminho.

Apesar do longo período das famílias vinculadas ao programa (todas são beneficiárias há mais de 3 anos) nenhuma delas participa ou participou de qualquer atividade vinculada ao mesmo.

Para uma das famílias entrevistadas, o benefício de R\$120,00 do BF é a única forma de sustento, pois, além deste recurso, recebe a ajuda financeira da irmã de forma esporádica, para a manutenção de seus 5 membros ou o pagamento por serviços de faxinas que, segundo ela, tem sido pouco freqüentes ultimamente. Em outra, além do benefício, há o auxílio de um dos filhos adolescente, com 16 anos, que entrega panfletos no final de semana, somando-se R\$212,00, com o benefício, para o sustento de 9 pessoas. Nas outras duas famílias entrevistadas as respondentes encontravam-se trabalhando com carteira assinada, sendo o BF um complemento para a melhoria das condições de vida das mesmas. Verifica-se que para estas famílias em que o BF passa a ser uma complementação, seu desenvolvimento é maior do que as que necessitam desse benefício para se manter, não havendo grandes mudanças nas suas condições de vida.

Ao questionar as famílias sobre o que o PBF proporcionou ao grupo familiar (questão 22), duas delas relataram melhora na alimentação o que foi confirmado depois por todas quando perguntou-se sobre a alimentação em específico (questão 25 – D), sendo salientada a compra de carne:

FAM 01 – "Mudou porque agora a gente come bem melhor, né, come mais verdura, coisas que a gente não comia. Carne. Carne lá em casa mais é galinha, guisado, de vez em quando algum peixe".

FAM 02 – "Para comprar a mistura que a gente chama né, que é a carne. Porque quando a gente recebe, eu consigo comprar comida para o mês todo, o arroz, feijão, a massa, essas coisas e o que falta é para a mistura e o pão. Porque a gente precisa é a carne e o pão todos os dias".

Ainda na questão 22, uma das mães diz utilizar o dinheiro em despesas com os filhos como a compra de material escolar e de vestuário. Outra diz ter investido na casa com a compra de material de construção e eletrodomésticos. Ela relata que com a colocação do piso em alguns ambientes melhorou a saúde do filho que sofre de asma e está tendo menos crises.

Todas revelam que passariam muita dificuldade sem o BF e uma delas disse que não conseguiria comprar o que comprou sem o benefício. Outra diz que se conseguisse trabalhar, teria como se manter, mas precisa acompanhar o filho nas consultas médicas e não consegue manter a regularidade no trabalho.

Duas das famílias entrevistadas demonstraram preocupação com a troca de governo e a possível perda do benefício, "[...] eu tenho até medo de quando ele (Presidente Lula) sair, de o outro governo não continuar com isso aí. [...]"

Tem que continuar, pelo menos para ajudar essas pessoas que se inscreveram [...]” (Fam 01). Demonstra preocupação com o seu benefício mas também com os outros que esperam para serem inseridos.

Como sugestão de melhora para o PBF, as famílias apontam a necessidade da continuidade do programa, o aumento do valor recebido, o desenvolvimento de cursos que auxiliem para o emprego e a existência de um local em que as mães possam opinar e serem ouvidas. Para o seu desligamento dizem ser necessário estar bem empregadas, recebendo um salário ou renda fixa suficiente para seu sustento e melhorar as condições da casa. O desligamento aparece como uma perda significativa na vida das famílias, mas que elas, apesar de demonstrarem que passariam por dificuldades, têm presente que este benefício pode se encerrar e que outras pessoas também tem necessidade e precisam de auxílio assim como lhes está sendo dado.

5.2.2 Os questionários

O questionário foi respondido por 103 famílias abrangendo aproximadamente 470 pessoas, tendo sido aplicado em 7 bairros de Porto Alegre, conforme tabela 1 apresentada no capítulo 4. Para o tratamento dos dados quantitativos foi utilizadas diversas técnicas de análise estatística com o auxílio de software específico (Sphinx Léxica), tais como distribuição de frequência, comparação de médias (teste t e ANOVA) e análise de conglomerados, que serão detalhadas mais adiante. A representação dos dados foi efetivada através de gráfico e tabelas. Dentre os respondentes, as idades variam de 22 a 64 anos, como se pode verificar na tabela 2 (a seguir). A idade média dos respondentes é de 36 anos, sendo o desvio-padrão de 9,05 anos. É relevante observar que a maioria tem menos de 40 anos (61,2%), o que mostra uma população jovem entre os responsáveis pelo BF.

<i>Idade</i>	<i>Qt. cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	1	1,0%
Menos de 30	31	30,1%
De 30 a 40	32	31,1%
De 40 a 50	31	30,1%
De 50 a 60	6	5,8%
60 e mais	2	1,9%
TOTAL OBS.	103	100%

Tabela 2 – Idade dos respondentes
Fonte: Dados elaborados pela autora.

A composição familiar, de acordo com o número de membros, bem como sua distribuição por idade e se possui alguma necessidade de atenção especial, no caso de doenças graves, dependência química e período de gestação/nutrição, é apresentado na tabela 3.

	0*	1	2	3	4	5	6 ou mais
nº membros	0,0% (0)	0,0% (0)	8,7% (9)	12,6% (13)	26,2% (27)	18,4% (19)	34,0% (35)
nº crianças	12,6% (13)	25,2% (26)	29,1% (30)	15,5% (16)	12,6% (13)	2,9% (3)	1,9% (2)
nº adolescentes	35,9% (37)	34,0% (35)	22,3% (23)	5,8% (6)	1,0% (1)	1,0% (1)	0,0% (0)
nº jovens	68,0% (70)	25,2% (26)	2,9% (3)	1,9% (2)	1,0% (1)	1,0% (1)	0,0% (0)
nº adultos	10,7% (11)	33,0% (34)	47,6% (49)	5,8% (6)	1,9% (2)	1,0% (1)	0,0% (0)
nº idosos	90,3% (93)	8,7% (9)	1,0% (1)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)
nº doentes graves	66,0% (68)	28,2% (29)	5,8% (6)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)
nº dependentes químicos	72,8% (75)	23,3% (24)	2,9% (3)	0,0% (0)	1,0% (1)	0,0% (0)	0,0% (0)
nº gestantes/nutriz	91,3% (94)	8,7% (9)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)

* inclui não repostas

Tabela 3 – Composição Familiar.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Chama a atenção na tabela 3 o grande número de famílias numerosas, sendo que 52,4% possuem 5 membros ou mais. O número elevado de membros pode dificultar ainda mais a mudança de situação das famílias, visto que o benefício variável é restrito a um número máximo de componentes que contam para o seu recebimento. Identificou-se que 34% das famílias apresentavam doentes graves que exigiam cuidados especiais e 26,2% possuem dependentes químicos (usuários de álcool e/ou drogas). Estes dados revelam grande vulnerabilidade vivenciada pelas famílias, sendo necessária maior atenção.

Contudo o BF ainda não leva em consideração as fragilidades que exigem da família uma dedicação maior, além de que “desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda” (SEN, 2000, p. 110). Como foi pontuado anteriormente, é essencial que se desenvolvam interfaces entre as políticas sociais para que situações como estas possam ser enfrentadas e o resultado conjunto das ações logre maior efetividade.

Em 10,7% das famílias pesquisadas observa-se a ausência de adultos, onde os responsáveis são muito jovens e já enfrentam situações de extrema vulnerabilidade, o que muitas vezes pode determinar um amadurecimento precoce ou a dificuldade para encontrar alternativas de resistência devido a própria inexperiência.

Mesmo apresentando uma multidimensionalidade de concepções, o espaço mais reconhecido centraliza-se na casa, pois geralmente expressa, ou deveria expressar: abrigo, proteção, segurança, futuro, enfim, várias funcionalidades. E a expressão: “estar em casa”, “sentir-se em casa”, mesmo de forma metafórica, representa o encontro com algo conhecido, referências de felicidade, paz e aconchego. (NALIN, 2007, p. 96-97).

Buscou-se verificar a situação de moradia das famílias, sendo questionado o número de peças da casa. Os resultados podem ser verificados na tabela 4. Identificou-se que 29,1% das famílias residem em casas com até três peças. Os cômodos da casa, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, é o local da vida privada da família e para se ter um mínimo de comodidade e privacidade, se faz necessário certo número de peças, de acordo com o número de membros, suas idades e necessidades; revela-se, assim condições inapropriadas para o desenvolvimento. Em 8,7% das residências não há banheiros; dentre aqueles que possuem, 88,3% tem vaso sanitário e 80,6% possuem chuveiro. Com relação aos quartos, 6,8% dizem não haver quartos e para 34% há apenas um quarto. Quanto ao saneamento ambiental, apenas 3,9% dizem não possuir água encanada, enquanto que 30,1% não possuem esgoto, mas todos revelam contar com coleta de lixo e luz elétrica, ainda que irregular para 65% dos casos. Estes dados revelam que muitas famílias ainda se encontram em péssimas condições de vida. É preciso maiores incentivos para proporcionar às famílias condições essenciais para o bem estar e qualidade de vida das mesmas. A inexistência de esgoto significa maior vulnerabilidade à

contaminações hídricas especialmente para crianças e idosos e as ligações elétricas irregulares freqüentemente são causa de incêndio, o que é agravado pelo fato de algumas famílias, cujos adultos trabalham, à noite deixarem suas crianças sozinhas na moradia.

<i>nº peças</i>	<i>Qt. cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	1	1,0%
1	7	6,8%
2	4	3,9%
3	20	19,4%
4	29	28,2%
5	32	31,1%
6 ou mais	10	9,7%
TOTAL	103	100%

Tabela 4 – Número de peças da casa.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Para 90,3% dos entrevistados, a situação geral da família melhorou após o recebimento do Bolsa Família, mostrando que, na percepção dos mesmos, o Programa tem contribuído com a melhora das condições e situações de vida. Este dado é bastante significativo diante do total da amostra e revela que o PBF tem conseguido modificar positivamente a vida das famílias beneficiárias, revelando sua efetividade no combate à pobreza. Contudo, quando se observa aspectos específicos da vida familiar, nota-se que sua evolução não ocorre na mesma proporção para todos: apesar de não sinalizarem piora, alguns aspectos têm deixado a desejar, visto que continuam sendo aplicadas políticas pobres para os pobres.

A questão do trabalho é a que menos melhorou entre os aspectos analisados (Gráfico 2), demonstrando que, de alguma forma, o Bolsa Família não tem sido suficiente para muitas famílias conseguirem superar a situação de desemprego. O gráfico 2 apresenta as médias das respostas dos entrevistados indicando o grau de melhoria em diversos aspectos da vida familiar. Os dados estão descritos em uma notação do 1 (melhorou muito) ao 5 (piorou muito). Em outras palavras, quanto menor for o número identificado, maior é a percepção de melhoria. Ainda, como todas as médias são inferiores à 3, significa que, em todos os aspectos, houve uma percepção geral de melhoria (ainda que, isto não se verificou em todas as famílias).

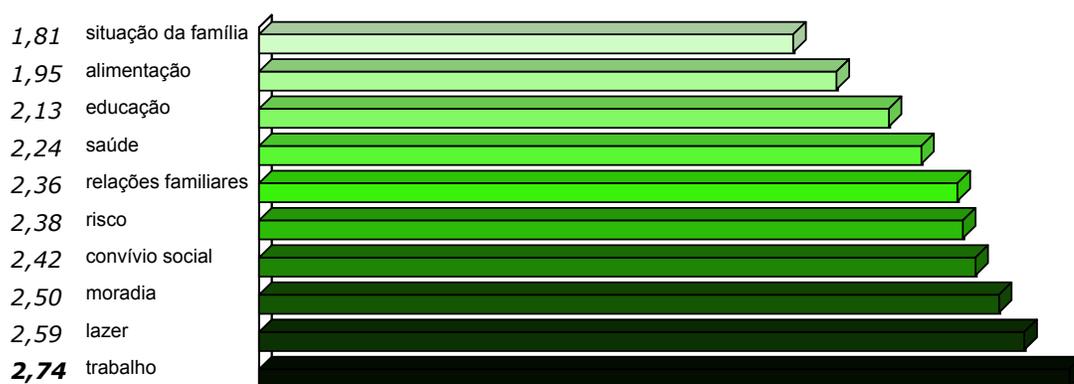


Gráfico 2 – Percepção de melhora quanto às situações de vida – média.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

A tabela 5 permite compreender melhor as médias apresentadas no gráfico 2, ao apresentar a distribuição de frequência das respostas. Verifica-se que a maioria das famílias (60,2%) considera que sua situação geral melhorou a partir de sua inserção no programa e esta condição é confirmada pelo destaque atribuído pela grande maioria dos pesquisados com relação a alimentação (71,8%), seguida da educação (67%), da saúde (58,3%) e das relações familiares (50,5%). Essas condições acabam por se condicionarem umas as outras: o acesso ao alimento impacta na saúde, a melhoria de condições gerais impacta nas relações familiares, uma vez que o desgaste de energia empreendido para dar conta da sobrevivência pode ser direcionado para outros aspectos da vida, entre os quais o investimento nas relações e vínculos.

	<i>Não resposta</i>	<i>Melhorou Muito</i>	<i>Melhorou</i>	<i>Nem Melhorou Nem Piorou</i>	<i>Piorou</i>	<i>Piorou Muito</i>
Saúde	0,0% (0)	8,7% (9)	58,3% (60)	33,0% (34)	0,0% (0)	0,0% (0)
Educação	1,0% (1)	9,7% (10)	67,0% (69)	22,3% (23)	0,0% (0)	0,0% (0)
Moradia	1,0% (1)	7,8% (8)	40,8% (42)	43,7% (45)	6,8% (7)	0,0% (0)
Alimentação	0,0% (0)	16,5% (17)	71,8% (74)	11,7% (12)	0,0% (0)	0,0% (0)
Convívio social	2,9% (3)	6,8% (7)	42,7% (44)	47,6% (49)	0,0% (0)	0,0% (0)
Relações familiares	0,0% (0)	9,7% (10)	50,5% (52)	34,0% (35)	5,8% (6)	0,0% (0)
Trabalho	1,0% (1)	2,9% (3)	29,1% (30)	59,2% (61)	6,8% (7)	1,0% (1)
Lazer	1,0% (1)	5,8% (6)	32,0% (33)	58,3% (60)	2,9% (3)	0,0% (0)
Risco	0,0% (0)	10,7% (11)	43,7% (45)	42,7% (44)	2,9% (3)	0,0% (0)
Situação da família	0,0% (0)	30,1% (31)	60,2% (62)	8,7% (9)	1,0% (1)	0,0% (0)
Conjunto	0,7% (7)	10,9% (112)	49,6% (511)	36,1% (372)	2,6% (27)	0,1% (1)

Tabela 5 – Percepção de melhora quanto às situações de vida – distribuição de frequência.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Embora não destacados pela maioria, mas por concentrações significativas, outros aspectos de igual importância merecem destaque, quais sejam, os 40,8% que reconhecem uma melhoria na moradia em razão de sua inserção no programa e os 43,7% que entendem que os riscos a que estão expostos foram reduzidos. Articulando ainda o contingente de 50,5% que destacou a melhoria nas relações familiares com os 42,7% que destacaram a melhoria no convívio social pode-se concluir que houve impacto positivo, reconhecido pelos sujeitos, em sua rede de relações, o que demonstra a relevância das condições materiais de existência para que as famílias possam ressignificar seus modos de vida.

Contudo, o quadro mostra que nas condições de trabalho houve pouca alteração, pois a maioria (59,2%) informou que a situação nem melhorou nem piorou a partir de sua inclusão no BF e este é um aspecto fundamental para a busca de enfrentamento à pobreza e para o processo de autonomização das famílias, embora para um grupo de 29,1% a situação tenha melhorado.

Outro dado que merece destaque, como contraponto aos aspectos positivos identificados pelas famílias beneficiárias do programa, é que o risco, na opinião de 43,7% dos entrevistados, foi reduzido e para 42,7% não se alterou. Por fim, um dado que obteve também uma grande concentração de respostas, foi em relação a melhoria na moradia (47,6%). Ressalta-se que contingentes importantes destacaram, em aspectos fundamentais, que suas condições não foram alteradas pelo Programa, são eles, além dos já destacados, convívio social (47,6%), redução de riscos (42,7%), relações familiares (34%) e saúde (33%).

Destaca-se também alguns aspectos que para alguns entrevistados melhoraram muito, a partir de sua inserção no Programa, embora os níveis de concentração sejam menores, são eles a situação geral da família (30%), a alimentação (16,5%) e a redução de riscos (10,7%) respectivamente. São inexpressivos os que destacaram ter piorado suas condições, mas as maiores concentrações foram nos aspectos relativos respectivamente ao trabalho e moradia, ambos com uma frequência de respostas da ordem de 6,8% e as relações familiares com 5,8% das respostas.

Aprofundando o dado sobre trabalho, questionou-se sobre a presença ou não de trabalhadores na família e em que situação. As respostas ficaram distribuídas conforme a tabela 6.

	<i>Qt. Cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	2	1,9%
Sim, como trabalhador formal	23	22,3%
Sim, como autonomo	23	22,3%
Sim, como trabalhador informal	42	40,8%
Não, ninguém trabalha	24	23,3%
Não, está(ão)aposentado(s)	8	7,8%
TOTAL OBS.	103	

Obs.: Respostas múltiplas (4 no máximo).

Tabela 6 – Situação de Trabalho.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Verifica-se um grande número de trabalhadores informais (40,8%). Dificilmente, nas condições em que se encontram, fazem a contribuição para a previdência, não estando cobertos em casos de infortúnios que os impeçam de realizar seu trabalho. Situação semelhante deve ocorrer com os trabalhadores autônomos (22,3%). Dessa forma o benefício passa a ser a única forma de renda garantida no sustento da maioria das famílias, como é o caso daqueles em situação de desemprego (23,3%). Apenas 22,3% encontram-se inseridos no mercado de trabalho formal. Segundo Amartya Sen (2000, p. 35-36):

[...] o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado (a um pesado custo fiscal que pode ser, ele próprio, um ônus gravíssimo); é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. Entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a 'exclusão social' de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica.

O Bolsa Família precisa intensificar as propostas para a mudança dessa realidade, visto ser fundamental o sustento da família para que se chegue ao patamar de emancipação desejado pelo Programa. Uma forma de se chegar a isso é através da participação das famílias nos grupos, como se apresenta na tabela 7.

	<i>Qt. cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	53	51,5%
PAIF	3	2,9%
Grupo de Geração de Renda	7	6,8%
Acompanhamento Mensal	15	14,6%
Reuniões de Grupo	24	23,3%
Cursos Profissionalizantes	15	14,6%
Curso de Alfabetização	1	1,0%
Outro(s)	19	18,4%
TOTAL OBS.	103	

Obs.: Respostas múltiplas (6 no máximo).

Tabela 7 – Participação em grupos.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Mais de 50% das 103 famílias pesquisadas não responderam a questão o que nos leva a inferir que um contingente significativo das famílias não se envolve nas atividades e grupos onde deveria ser trabalhada a promoção dos integrantes do grupo familiar. Além disso, apenas 3 relataram participar do PAIF, o que significar falta de conhecimento sobre o mesmo por parte das famílias e/ou que o programa ainda não esta sendo realmente efetivado. Dentre as “outras” atividades que as famílias dizem participar estão: PETI; NASF; SASE; Reuniões do Orçamento Participativo (OP); cursos de artesanato e computação; projeto de reciclagem; Agente Jovem; Cozinha Brasil; Grêmio Show de Bola e Consultas no posto de saúde. Estas atividades deveriam ser a base para construção da autonomia e do processo de emancipação das famílias mas, como se vê, há um trabalho ainda pouco efetivo com estas famílias. Reitera-se que a emancipação social, segundo Luiz (2008, p. 130) consiste no “processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas”, e para se chegar a isso, é preciso um trabalho constante junto a estas famílias, de capacitação, qualificação e de crítica da realidade. Por isso, a participação nos grupos e atividades é fundamental, pois não se alcançará emancipação somente com transferência de renda.

Observa-se, na tabela 8, um número significativo de famílias que recebem o BF a 7 anos ou mais (17,5%), sendo mais de 50% beneficiárias do Programa a mais de 4 anos. Esse período seria suficiente para que muitas famílias já apresentassem quadros mais significativos de mudanças em um âmbito maior de situações, caso recebessem um acompanhamento adequado.

<i>Tempo</i>	<i>Qt. cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	13	12,6%
1 mês	1	1,0%
2 meses	0	0,0%
3 meses	4	3,9%
4 meses	0	0,0%
5 meses	1	1,0%
6 meses	5	4,9%
1 ano	4	3,9%
2 anos	10	9,7%
3 anos	12	11,7%
4 anos	15	14,6%
5 anos	13	12,6%
6 anos	7	6,8%
7 anos ou mais	18	17,5%
TOTAL OBS.	103	100%

Tabela 8 – Tempo de inserção no PBF.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

O valor recebido pelas famílias variou de R\$22,00 a R\$152,00, com uma média de R\$94,85, desvio-padrão igual a R\$29,49, sem considerar as não-respostas.

<i>Benefício em Reais</i>	<i>Qt. cit.</i>	<i>Freq.</i>
Não resposta	10	9,7%
Menos de 40	4	3,9%
De 40 a 60	6	5,8%
De 60 a 80	11	10,7%
De 80 a 100	19	18,4%
De 100 a 120	22	21,4%
De 120 a 140	30	29,1%
140 e mais	1	1,0%
TOTAL OBS.	103	100%

Tabela 9 – Valor do benefício.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Constata-se que nenhuma das famílias entrevistadas recebia o valor total do benefício de R\$182,00 no período de realização da pesquisa. Pode-se inferir que o contingente de famílias em extrema pobreza é superior a 30% e mais de 70% recebem benefícios acima de R\$60,00, somando-se valores significativos à renda familiar, de modo a proporcionar condições econômicas mínimas de sobrevivência, principalmente àquelas famílias em situação de extrema pobreza.

5.2.2.1 As diferenças na percepção dos respondentes

Para se identificar diferenças nas percepções entre os respondentes, buscou-se agrupá-los utilizando uma técnica estatística denominada Análise de Conglomerados (ou Análise de Cluster) e como critério para segmentação (formação dos grupos), a percepção de melhoria dos respondentes nos 9 aspectos analisados (saúde, educação, moradia, alimentação, convívio social, relações familiares, trabalho, lazer e risco). O objetivo da Análise de Conglomerados é classificar objetos (ou respondentes, neste caso) em grupos relativamente homogêneos, com base em um conjunto de variáveis considerado. No caso de respondentes de uma pesquisa, isto significa que aqueles

pertencentes a um mesmo grupo têm opiniões semelhantes em relação aos critérios selecionados e, ao mesmo tempo, diferente dos outros grupos. Na Análise de Conglomerados, os grupos derivam dos dados e não são definidos *a priori* (MALHOTRA, 1999; HAIR, 2005).

A Análise de Conglomerados agrupou o conjunto dos respondentes em três grupos ou *clusters* (Tabela 10). Destaca-se que a análise de Conglomerados tem caráter exploratório, podendo apresentar diversas soluções, mas a identificada para 3 grupos foi a que apresentou maior consistência. Ao se analisar os grupos formados, verificou-se claramente a existência de um grupo de 17 respondentes que percebeu grande melhoria em todos os nove critérios avaliados (definido como Alta Melhoria) e um grupo de 35 sujeitos que perceberam melhorias mais modestas durante o período de recebimento do Bolsa Família (definido como Baixa Melhoria). O grupo mais significativo, contudo, é o intermediário, formado por 44 respondentes que percebem melhorias nos critérios avaliados, mas não de forma tão significativa como o primeiro grupo (definido como Média Melhoria). Por fim, destaca-se que 7 respondentes não se enquadraram em nenhum dos grupos avaliados.

<i>Clusters</i>	<i>saúde</i>	<i>educação</i>	<i>moradia</i>	<i>alimentação</i>	<i>convívio social</i>	<i>relações familiares</i>	<i>trabalho</i>	<i>lazer</i>	<i>risco</i>
Alta melhoria (17)	1,88	1,71	1,94	1,65	1,88	1,94	2,06	1,71	1,76
Média melhoria (44)	1,98	2,07	2,36	1,91	2,20	2,07	2,86	2,66	2,32
Baixa Melhoria (35)	2,74	2,40	2,94	2,20	2,91	3,03	2,94	2,97	2,74
Total da Amostra	2,24	2,13	2,50	1,95	2,42	2,36	2,74	2,59	2,38

Tabela 10 – Análise de Cluster quanto às situações familiares.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Para auxiliar na compreensão dos dados apresentados na tabela 10, destacou-se em verde os dados em que a média é significativamente inferior ao conjunto da amostra e em vermelho o dados em que a média é significativamente superior ao conjunto da amostra, a partir da realização do teste estatístico denominado *t* de Student, ao risco de 95%. O teste *t* é um teste de hipótese utilizado para se identificar diferenças nas médias de duas amostras (MALHOTRA, 1999; HAIR, 2005). Isto significa, por exemplo, que as médias destacadas em verde têm pelo menos 95% de probabilidade de serem inferiores

à média total do conjunto da amostra. Importante salientar que para os dados não destacados, seja em verde ou em vermelho, as médias, ainda que possam ser superiores ou inferiores ao total da amostra, não apresentam diferenças estatísticas significativas, pois se encontram dentro do erro amostral.

Considerando que as questões em análise foram respondidas com base em uma notação que varia de 1 (Melhorou Muito) a 5 (Piorou Muito), as médias destacadas em verde na tabela 10, assim como nas próximas tabelas, representam critérios onde a percepção de melhoria foi mais significativa. Observando-se a tabela 10 nota-se que, mesmo no grupo de Baixa Melhoria, as médias são inferiores a 3, com exceção na questão das relações familiares (média 3,03). Assim, pode-se afirmar que as relações familiares do grupo de Baixa Melhoria é o único aspecto que, na média geral, não avançou após o recebimento do Bolsa Família.

Na tabela 11 é possível observar que a análise de Conglomerados possui – como seria de se esperar – forte relação com a percepção dos entrevistados em relação a melhoria da situação da família. Para confirmar esta afirmação, utilizou-se a técnica estatística de Análise da Variância (ANOVA), que permite examinar as diferenças entre as médias de dois ou mais grupos em estudo. Ela permite testar se as médias de diferentes grupos são iguais ou não. Tradicionalmente considera-se que as médias dos grupos são iguais (hipótese nula) e testa-se para verificar se esta hipótese é verdadeira. Caso não seja, significa que as médias são diferentes. Este teste é feito a partir da chamada Estatística F. A partir do resultado da Estatística F é possível identificar a probabilidade de que as médias sejam iguais (Probabilidade F - representada pela letra p). Neste estudo, a fim de facilitar a compreensão dos resultados, apresenta-se – em forma de percentual – a notação 1-p, que significa a probabilidade de que existam diferenças entre as médias das populações.

Como é usual em pesquisas da área de Ciências Sociais Aplicadas, considera-se uma probabilidade igual ou superior a 95% como critério para se afirmar de maneira categórica, que existem diferenças, mas não se desconsidera que probabilidades acima de 90% também são significativas. É o caso do resultado apresentado na tabela 11, onde pode-se observar que a probabilidade de haverem diferenças nas médias dos grupos é de 90,65%. Uma das diferenças básicas entre a ANOVA e o teste *t*, explicado anteriormente, é que este permite a

comparação de apenas duas médias, enquanto que a ANOVA permite examinar diferenças entre a média de mais de dois grupos (MALHOTRA, 1999; HAIR, 2005).

	<i>situação da família</i>
Alta melhoria (17)	1,59
Média melhoria (44)	1,82
Baixa Melhoria (35)	1,94
TOTAL	1,81
ANOVA	<i>1-p = 90,65%</i>

Tabela 11 – Análise de Cluster quando a situação geral da família

Fonte: Dados elaborados pela autora.

De acordo com os dados demográficos levantados, verifica-se que no grupo “Alta Melhoria” encontram-se as famílias com menor número de membros em sua composição (Tabela 12) e que não existe grande diferença entre o grupo de “Média Melhoria” e “Baixa Melhoria”. A relação entre os grupos de percepção de melhoria e o número de membros da família é significativa, o que é confirmado pelo resultado da Análise de Variância da tabela 12, que aponta uma probabilidade de 97,26%. Por outro lado, o fato de haverem crianças, adolescentes, jovens e idosos nas famílias não demonstrou influenciar a percepção de melhoria durante o recebimento do Bolsa-Família, ainda que o número de famílias com jovens no grupo de “Alta-Melhoria” ser bastante reduzido (apenas dois).

	<i>Média de Pessoas na Família</i>	<i>crianças</i>	<i>adolescentes</i>	<i>jovens</i>	<i>adultos</i>	<i>idosos</i>	<i>doentes</i>	<i>dependentes</i>
Alta melhoria (17)	3,88	15 (2,40)	6 (1,50)	2 (1,00)	16 (1,50)	2 (1,00)	6 (1,00)	5 (1,00)
Média melhoria (44)	4,80	41 (2,44)	30 (1,63)	21 (1,57)	36 (1,89)	2 (1,00)	17 (1,29)	12 (1,33)
Baixa Melhoria (35)	4,74	29 (2,38)	24 (1,58)	10 (1,20)	33 (1,91)	6 (1,17)	11 (1,09)	11 (1,18)
TOTAL* (103)	4,56	90 (2,37)	66 (1,64)	33 (1,42)	92 (1,77)	10 (1,10)	35 (1,17)	28 (1,21)
ANOVA	<i>1-p = 97,26%</i>	<i>1-p = 8,06%</i>	<i>1-p = 16,11%</i>	<i>1-p = 48,51%</i>	<i>1-p = 88,65%</i>	<i>1-p = 23,47%</i>	<i>1-p = 82,26%</i>	<i>1-p = 38,17%</i>

*inclui os respondentes não categorizados nos grupos.

Tabela 12 – Composição familiar por grupo de melhoria.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Por sua vez, o tempo de recebimento do benefício do Bolsa Família e a idade do respondente também não apresentaram diferenças significativas entre as três categorias de melhoria identificadas.

	Bom Jesus	Restinga	Guarujá	Cavanhada	Lomba do Pinheiro	Jardim Floresta	Arquipélago	TOTAL
Não resposta	2	1	0	2	2	0	0	7
Alta melhoria (17)	5	1	2	0	4	5	0	17
Média melhoria (44)	9	7	11	5	7	3	2	44
Baixa Melhoria (35)	4	11	6	9	1	3	1	35
TOTAL	20	20	19	16	14	11	3	103

Tabela 13 – Bairros por grupo de melhoria.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Os bairros Bom Jesus e Jardim Floresta são os que apresentam proporcionalmente maior número de respondentes no grupo 1 (“Alta Melhoria”) e os bairros Restinga e Cavanhada estão concentrados no grupo de “Baixa Melhoria” (Tabela 13), sendo evidenciado na tabela 14 as avaliações de acordo com as situações de vida pesquisadas.

	saúde	educação	moradia	alimentação	convívio social	relações familiares	trabalho	lazer	risco	situação da família
Restinga	2,40	2,25	2,80	1,90	2,60	2,60	3,00	2,89	2,60	1,55
Lomba do Pinheiro	1,93	1,86	2,31	1,93	2,08	1,93	2,43	2,43	2,29	1,71
Jardim Floresta	2,27	1,82	2,27	2,00	2,45	2,27	2,00	2,09	2,09	1,82
Bom Jesus	2,30	2,00	2,10	1,90	2,21	2,30	2,65	2,30	2,05	1,85
Cavanhada	2,25	2,25	2,69	1,94	2,73	2,63	3,00	3,00	2,81	1,88
Guarujá	2,26	2,37	2,63	2,00	2,53	2,32	2,84	2,63	2,42	2,00
TOTAL	2,24	2,13	2,50	1,95	2,42	2,36	2,74	2,59	2,38	1,81
ANOVA	1-p = 66,56 %	1-p = 98,29 %	1-p = 97,86 %	1-p = 1,75 %	1-p = 98,59 %	1-p = 92,27 %	1-p = 99,99 %	1-p = 99,98 %	1-p = 99,12 %	1-p = 66,65 %

OBS.: Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas e respostas referentes ao Arquipélago, visto serem um número muito reduzido.

Tabela 14– Situações de vida por bairros.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

A tabela 14 traz um conjunto de informações importantes para se compreender as diferentes evoluções que as famílias tiveram após o recebimento do benefício do Bolsa Família em cada bairro. Ainda que as diferenças entre os bairros não seja muito significativa quando se avalia a situação familiar como um todo, observa-se que a percepção de melhoria em cada aspecto analisado é muito diferente por bairros, com exceção dos aspectos relacionados à alimentação e à saúde, únicos em que a ANOVA não apontou diferenças significativas ($1-p < 90\%$).

Entre os aspectos analisados, chama a atenção a grande diferença na percepção de melhoria do emprego. Enquanto os respondentes da Cavanhada e da Restinga não perceberam praticamente nenhuma melhoria, ela foi significativa nos beneficiários do Bairro Jardim Floresta. Este resultado pode ocorrer devido a diferença de ações de intervenção realizadas localmente, bem como da capacidade local de se organizar a partir do recebimento do benefício.

Outros dados são particularmente reveladores na tabela 14 para se compreender as diferenças entre os beneficiários de cada bairro. Por exemplo, em diversos aspectos analisados os residentes da Restinga foram os que menos perceberam melhorias com o Bolsa Família, particularmente em relação a moradia, trabalho e lazer (itens em que o teste *t* apontou como significativamente abaixo do total da amostra). Mas, paradoxalmente, são os moradores da Restinga que perceberam maiores avanços na situação familiar, quando questionados de forma genérica. Este dado pode abrir questionamentos sobre como cada pessoa percebe sua situação, e o que consideram como relevante em suas vidas familiares.

Acompanha esta baixa percepção de melhoria os residentes do bairro Cavanhada, particularmente nos aspectos relativos ao convívio social, lazer e risco, quando comparados com os outros bairros. Por outro lado, as famílias da Lomba do Pinheiro (no convívio social e relações familiares), do Jardim Floresta (no trabalho e lazer) e Bom Jesus (na moradia e risco), apresentam percepção de grande melhoria nos aspectos destacados.

Existe ainda grande diferença entre a participação das famílias beneficiárias em atividades sociais e a percepção de melhoria, como apresenta a tabela 15. Observa-se uma grande participação de respondentes da categoria "Alta melhoria" em atividades (64,8%) o que pode ter contribuído para essa

classificação, visto que, como foi dito anteriormente, a participação em atividades na comunidade é uma forma de promoção das famílias para a efetivação da melhora nas condições de vida destes. É pela participação das famílias nos grupos oferecidos no CRAS, bem como em outras instituições, que a família é acompanhada e instruída de modo que consigam modificar suas realidades através da promoção de seus membros, com capacitações, envolvimento com a comunidade, geração de renda, entre outras.

	<i>Não respondeu ou não participam de atividades</i>	<i>Participam de atividades</i>
Alta melhoria (17)	6 (35,2%)	11 (64,8%)
Média melhoria (44)	18 (40,9%)	26 (59,1%)
Baixa Melhoria (35)	25 (71,4%)	10 (28,6%)
TOTAL (96)	49 (51%)	47 (49%)

Tabela 15 – Participação em atividades de grupo por grupo de melhoria
Fonte: Dados elaborados pela autora.

A categoria “Média Melhoria” também apresenta um número significativo de participantes em atividades sociais (59,1%), enquanto que entre os respondentes enquadrados na categoria “Baixa melhoria”, este percentual é muito baixo (28,6%), indicando que a falta de participação em atividades sociais pode ser um fator que explica as diferenças na percepção de melhoria da situação familiar.

Pela tabela 16, nota-se que no grupo de “Alta melhoria” a concentração maior de respondentes está nas reuniões de grupo (6), cursos profissionalizantes (5) e outros (6), muito parecido com o de “Média melhoria” que disseram participar de acompanhamentos mensais (10), reuniões de grupo (12) e outros (10), enquanto que no grupo de “Baixa melhoria” a concentração está nos cursos profissionalizantes.

	PAIF	Grupo de Geração de Renda	Acompanhamento Mensal	Reuniões de Grupo	Cursos Profissionalizantes	Cursos de Alfabetização	Outro(s)
Alta melhoria (11/17)	0	1	1	6	5	1	6
Média melhoria (26/44)	3	4	10	12	4	0	10
Baixa Melhoria (10/35)	0	2	2	3	6	0	2
TOTAL	3	7	13	21	15	1	18

Obs.: Respostas múltiplas (6 no máximo).

Tabela 16 – Atividades desenvolvidas por grupo de melhoria.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

Salienta-se o baixo número de respostas com relação ao PAIF (3), o que corrobora com a fala dos profissionais apresentadas anteriormente, demonstrando que o mesmo ainda está sendo pouco aplicado, apesar deste ser o programa pensado pelo governo para o acompanhamento às famílias do BF. Com isso, vê-se que ainda há muito para se evoluir no acompanhamento às famílias para que se chegue ao resultado esperado e de acordo com o que o Programa se propõe.

As reuniões de grupo têm o maior número de participações (21) de modo geral, aparecendo em seguida "outros" (18), sendo eles: PETI, NASF, Reuniões do Orçamento Participativo, Artesanato, SASE, Computação, Consultas no posto de saúde, Cozinha Brasil, Agente Jovem, Projeto de Reciclagem e Grêmio Show de Bola.

	<i>N</i>	<i>Melhoria da situação da família</i>
Não participa de grupo ou não respondeu	53	1,94
Acompanhamento Mensal	15	1,87
Reuniões de Grupo	24	1,75
Cursos Profissionalizantes	15	1,60
Outros Grupos	30	1,57
TOTAL	103	1,81
ANOVA		1-p = 89,12%

Tabela 17 – Melhoria da situação da família por atividades de grupo.
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Considerando a totalidade dos pesquisados, o dado que mais chama a atenção é o significativo número que não participa de atividades de apoio visto que o programa prevê não só a transferência de renda, mas a sua associação ao trabalho social. As famílias que disseram participar de outros grupos apresentam uma melhoria significativa de sua situação, enquanto que as que não participam ou não responderam tem uma percepção menor de melhoria. Cabe destaque o número de 54 famílias (mais de 50%) que participam de atividades variadas. Esse dado se mostra bem significativo, com ANOVA de 97,76%, como mostra a tabela 18, este resultado comprova que a participação em grupos tem efeito direto na percepção de melhoria da situação da família. Esses dados reforçam a importância da participação em atividades grupais para as famílias na construção de melhores condições de vida.

	<i>Melhoria da situação da família*</i>
Não participa de grupos ou não respondeu	1,94
Participa de grupos	1,68
TOTAL	1,81
ANOVA	<i>1-p = 97,76%</i>

*Os parâmetros são estabelecidos sob uma notação de 1 (Melhorou Muito) a 5 (Piorou Muito).

Tabela 18 – Participação em grupos por Situação da Família.

Fonte: Dados elaborados pela autora.

A seguir, apresenta-se a última seção do capítulo de análise dos resultados, onde discute-se sobre a interface entre os dados, trazendo uma reflexão a respeito dos apontamentos levantados.

5.3 COMPLEMENTAÇÃO ENTRE OS DADOS

As condicionalidades foram citadas de modo mais enfático pelos profissionais, mas também apareceram nas falas das famílias. Verifica-se que a educação tem maior evidência, exigindo da família um controle quase que diário sobre a presença dos filhos na escola. É necessário tomar o cuidado de não lançar sobre a criança a responsabilidade sobre o recebimento do benefício, mas que as famílias fiquem mais atentas a rotina das crianças que, em alguns casos, fingiam ir a escola e acabavam passando o período de aula na rua. Contudo, é importante que também a família não seja culpabilizada, pois, as questões que envolvem a evasão escolar são multicausais.

Outro ponto importante é a influência dessa questão sobre o trabalho infantil que, apesar de ainda não apresentar sinais evidentes de redução, tende a diminuir ao colocarem empecilhos aos pais quanto ao uso da mãe-de-obra dos filhos nos afazeres domésticos ou em outras formas de exploração. A exigência dessa condicionalidade pode repercutir futuramente num maior número de cidadãos alfabetizados, na diminuição da evasão escolar, quiçá qualificados para o mercado de trabalho. Ainda se fala apenas na presença das crianças e adolescentes, mas espera-se que ocorra também uma melhora nas condições de ensino. A exigência de 85% de presença das crianças e 75% para os

adolescentes não é absurda, visto que o mínimo de presença exigida para aprovação durante o ano é de 75% em grande parte das escolas. Dessa forma, está se precavendo uma reprovação por faltas, o que ainda estimula, em razão de um melhor acompanhamento das aulas, uma melhor aprendizagem. Porém, isto não significa que a única forma de desenvolver processos sociais emancipatórios seja a imposição de condicionalidades.

Contudo, não há como negar que existem outros condicionantes que podem interferir nesse processo, tais como a violência, a fragilidade de vínculos, entre tantos outros que acabam por dificultar ou até mesmo impedir que os resultados sejam mais efetivos.

Uma das falhas no sistema de controle na educação é que o relatório de freqüências é repassado ao Programa a cada 6 meses, o que não reflete a situação vivenciada pela família naquele momento, tendo já se organizado para superar o problema das faltas, ou pela informação tardia da situação dos filhos na escola, sendo "punida" da mesma forma, de acordo com o processo de desligamento do Programa, como foi mencionado tanto por uma família quanto por uma AS.

Como abordou-se anteriormente outros aspectos que precisam ser considerados ao analisar a permanência na escola, pois não raras vezes o aluno é expulso pelo despreparo da estrutura, por preconceitos, entre outros processos.

A preocupação com a mudança de governo foi manifestada tanto por algumas famílias como por uma profissional, ficando explícita a preocupação quanto a garantia de continuidade do PBF, visto a aproximação com as eleições presidenciais e a falta de regulação legal para a manutenção do mesmo independentemente do partido ou governo que esteja no poder. Sendo assim, a utilização do jogo pela sua manutenção durante a campanha eleitoral será inevitável, o que não garantirá sua continuidade, apesar das promessas. A garantia de continuidade do Programa traria tranquilidade às famílias beneficiárias e lhes permitiria avançar em seus processos de emancipação. O seu encerramento causaria inquietação e revolta, o que pode prejudicar ainda mais a situação dessas famílias. Resta as famílias e movimentos sociais comunitários lutar para a garantia desse Programa, desmistificando o caráter de moeda de troca política e dando visibilidade a política como direito.

A saúde ainda é tratada de modo superficial e temporário, não abrangendo a família como um todo e verifica-se a necessidade de maior atenção a saúde mental, que é salientado por uma Assistente Social ao verificar a falta desse atendimento tão importante às famílias, mostrando grande fragilidade no desenvolvimento dos processos emancipatórios. Mesmo diante disso, a saúde apresentou dados significativos de melhora para as famílias entrevistadas.

A participação em atividades de promoção das famílias para o desenvolvimento de sua autonomia e emancipação é incipiente, atingindo poucos beneficiários do Programa. Essa fragilidade dificulta a ruptura com o ciclo intergeracional de pobreza tendendo ao seu contrário, ou seja, promoção da dependência dos mesmos a um auxílio financeiro. Em vista disso vê-se a importância da participação das famílias em atividades correspondentes para seus membros de acordo com suas especificidades. De acordo com os dados levantados, as famílias que relataram participação mais efetiva nos grupos apresentam também maior satisfação quanto às melhorias nas suas condições de vida.

É preciso maior investimento e atenção do governo nos locais e no desenvolvimento dessas atividades que, conforme o que foi dito nas entrevistas, ainda não se encontra de acordo com sua proposta, com acesso restrito aos meios de comunicação na atualização e acompanhamento dos dados das famílias. A implantação dos CRAS e CREAS de acordo com a PNAS já deveriam estar funcionando, mas não é o que se verifica na realidade de Porto Alegre.

Como se vê, muitas são as fragilidades do Programa, mas também há muitas potencialidades. Espera-se que ao identificar as fragilidades do Programa e sua implantação, possa-se colaborar para uma maior atenção de modo que possam ser progressivamente superadas. As potencialidades apontam que o Programa está avançando de acordo com seus objetivos e tais pontos podem ser mantidos e mesmo potencializados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é apresentado como a “menina dos olhos” do governo Lula, o que demonstra sua importância diante do cenário político, econômico e social do Brasil nos dias de hoje. Não se pode negar o impacto de um Programa que atinge a mais de 12 milhões de famílias (BRASIL, 2010) a partir da transferência de renda. E exatamente pela sua relevância muitas são as produções sobre a temática, sejam originárias de fontes governamentais, de estudos acadêmicos, ou de outras fontes, que destacam aspectos positivos e negativos acerca do mesmo. Esse olhar múltiplo sobre o Programa teve seu lado positivo para o desenvolvimento desse trabalho, na medida em que o acesso a informações e debates foi facilitado, contudo sob outro aspecto a exigüidade do tempo não permitiu que muitos deles fossem adensados, especialmente porque muitas mudanças foram ocorrendo e o debate acerca do processo de implantação do PBF foi amadurecendo no País. Porém o aporte de dados que explicita as condições e opiniões dos sujeitos sobre este processo pode contribuir reiterando estudos e trazendo novos dados ao debate.

É um tema que inquieta a muitas pessoas por ser direcionado aos pobres e indigentes, ou seja, àqueles à margem da sociedade por estarem em situações de desemprego ou subemprego, com baixa escolaridade, desprovidos de condições para garantirem sua sobrevivência.

Nos marcos de uma sociedade capitalista que se caracteriza por estimular o individualismo, a luta pelo “bem estar” coletivo e contra a violação de direitos deve ser um compromisso constante de toda a sociedade para fazer o contraponto a lógica de exploração de muitos e concentração da produção coletiva nas mãos de poucos como uma situação natural. É papel do Estado a distribuição da riqueza produzida de forma igualitária, e papel da sociedade realizar o controle para que ações dessa natureza sejam concretizadas, porém, em uma sociedade desigual onde a fome e a violência fazem parte do cotidiano de tantos é preciso garantir aos pobres e extremamente pobres o básico, de modo que com a melhora das condições possam lutar por novos patamares de sociabilidade.

Nesse sentido o caminho proposto pela “Renda Básica de Cidadania” seria um passo adiante bastante significativo.

A distribuição apresentada pelo governo é feita através da transferência de renda, o que permite a muitas famílias beneficiárias melhorarem suas condições de vida, através de uma alimentação mais adequada, melhorias na moradia, aquisição de equipamentos eletrônicos, entre outras apresentadas no capítulo anterior. Porém, apenas a transferência de renda como é o caso do PBF, não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e modo de vida das famílias que dele necessitam. É preciso, além de exigir a presença das crianças na escola, dar a elas uma educação melhor, com professores qualificados, materiais escolares e escolas adequadas para sua aprendizagem.

O mesmo ocorre com a condicionalidade de acompanhamento de saúde, que é feito por um tempo limitado e que não abrange a família como um todo. Pesar e medir apenas não irá modificar a saúde das crianças, servindo somente para acompanhamento e controle da situação de nutrição e no caso das gestantes e nutrizes procura garantir o bom desenvolvimento do bebê e suas mães nesse período. Como foi apresentado no capítulo anterior, existem outros problemas de saúde que devem ser levados em consideração para dar condições à famílias de se desenvolverem para um processo de autonomia e emancipação, como, por exemplo, a saúde mental cujo acesso não é facilitado a uma parcela significativa dos membros da família que precisariam de acompanhamento, o que ainda não foi equacionado pelo Programa.

As atividades disponibilizadas apresentam-se bastantes restritas, não havendo um acompanhamento direcionado às famílias do BF de modo a contribuir e identificar os processos de emancipação e autonomia dos beneficiários. Em detrimento disso, muitas famílias que se encontram desorganizadas e fragilizadas, por não estarem sendo trabalhadas e acompanhadas nas suas dificuldades, geralmente acabam sendo cortadas do Programa. Muitas não conseguem cumprir as condicionalidades devido a sua desorganização, contudo a de se considerar que estas seriam, em princípio, as que mais necessitam desse acompanhamento e do recurso. Verifica-se a utilização de estratégias para a manutenção do benefício, o que traz preocupações a serem levadas em conta, como o retorno a situações de vulnerabilidade ou a fragmentação da família para a manutenção do benefício.

Por outro lado, algumas iniciativas, embora contraditórias, mostram a criatividade do grupo para manter a sobrevivência, o que pode se caracterizar como resistência. O Programa deveria avaliar a situação da família como um todo para poder fazer o desligamento dos beneficiários, visto que ele se propõe a desenvolver autonomia e emancipação. Em muitas situações é preciso mais que dois anos para que mudanças mais efetivas possam ocorrer, porém, é essencial que haja um trabalho que promova tais processos emancipatórios.

O número de famílias que participam de atividades é bem reduzido diante do que o Programa se propõe, sendo primordial a implantação do PAIF para realização desse acompanhamento de modo que a inclusão no mesmo não se limite a transferência de renda e a exigência das condicionalidades, mas que veja a família em todas as suas dimensões. Faz-se necessária uma ampliação intra e intersectorial entre as políticas para que se consiga atingir a família na sua totalidade, pois não basta ter acesso a políticas isoladas, é preciso existir um diálogo, em que possam se complementar para assim avançar nessa construção.

A interface junto aos programas de geração de trabalho e renda devem ser melhor divulgados e trabalhados junto às famílias de modo a garantir qualificação para inserção no mercado de trabalho. O PLANSEQ se mostra uma iniciativa importante nesse sentido e precisa ser mantido, mas devem ser revistas as formas de divulgação e as estratégias de inclusão das famílias.

A utilização de estagiários no cadastramento e acompanhamento mostra ainda um trabalho fragmentado e descontínuo, pois, um estagiário pode permanecer no máximo dois anos no local. Não se está aqui desqualificando o trabalho dos estagiários, mas questionando a necessária continuidade no acompanhamento. Com relação a sua operacionalização também se verificam muitas dificuldades, por nem todos os locais de atendimento possuem material adequado ao seu desenvolvimento. Observa-se a falta de investimentos do governo municipal na área social, com a falta de pessoal e de material, além da demora na implantação dos CRAS e CREAS dentre outras iniciativas apontadas pelo SUAS e PNAS, especialmente para um município em gestão plena.

Diante da realidade apresentada, destacando potencialidades e fragilidades do PBF, espera-se que os dados e reflexões trazidos nesse trabalho, auxiliem como subsídios que contribuam para melhorar o desenvolvimento do mesmo, de modo particular na cidade de Porto Alegre, mas que também possa

colaborar com outras realidades. A pobreza afeta a todos, não só aqueles que se encontram em tal situação, por isso “combatê-la” depende também de todos e é a partir daí que se alcançará uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1992.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AUTOR Desconhecido. **Menino comendo migalhas no chão.** Disponível em: <http://www.veganos.org/pela_humanidade.htm> Acesso em 31 ago. 2009.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 201-202 e 222. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/poesias/768934>> Acesso em: 31 ago. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** São Paulo: Vozes, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave-Maria, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.** Brasília: 1993.

_____. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm>. Acesso em: 19 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 03 set. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Guia de Ações para Geração Trabalho e Renda.** Brasília: 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **O Programa Bolsa Família – PBF**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acessado em: 16 jun. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **O Programa Bolsa Família – PBF**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acessado em: 01 jun. 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Programa Bolsa Família (PBF). **Identidade Visual do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/banner/identidadevisual/banner/identidadevisual/identidade-visual-para-download>> Acesso em: 31 ago. 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **O Programa Bolsa Família – PBF. Informações Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>> Acesso em: 22 jan. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/>> Acesso em: 25 out. 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/arquivos/pnas_final.pdf> Acesso em: 24 out. 2009.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2007.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: 1993.

CHAMBERS, Robert. What is Poverty? Who ask? Who answers? In: **Internatinal Poverty Centre – Poverty In Focus**.UK. Dez 2006. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2008.

CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio D. (orgs). **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DONZELOT, Jacques. As transformações da intervenção social face à exclusão social. In: **Ser Social**, Brasília: SER/UnB, nº 3, p. 177-192, jul. a dez. 1998.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Indicadores de Pobreza. In: **Indicadores Sociais**. Disponível em: <<http://fgvdados.fgv.br/>> Acesso em: 23 mai. 2008.

FREITAS, Henrique; et al.. **Pesquisa interativa e novas tecnologias para coleta de dados usando o Sphinx**. Canoas: Sphinx, 2002.

GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HAIR, Joseph; TATHAM, Ronald; ANDERSON, Rolph; BLACK, William. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIRA, Isabel Cristina Dias. Trabalho Informal como Alternativa ao Desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. Resistência e Emancipação Social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. In: **XVI Compós** – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Curitiba/PR: jun. 2007. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=211>> Acesso em: 08 jul. 2008.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. Capacitação para Conselheiros Gestores de Políticas Públicas: possíveis dimensões emancipatórias. In: **Publicatio UEPG – Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, v. 15, nº1, p. 63-75. Ponta Grossa: UEPG, jun. 2007.

_____. Emancipação social: fundamentos à prática social e profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 94, p. 114-131, jun. 2008.

MANTEGA, Guido. **A economia Política Brasileira**. São Paulo: Vozes, 1984.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookmann, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Rosemara. **Contextualizando a Família dos Idosos do Grupo Trocando Idéias**. Porto Alegre: FSS, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MENDES, Jussara M. R. et al. A exclusão social como uma das manifestações da questão social no contexto brasileiro. In: BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As Múltiplas Formas de Exclusão Social**. Porto Alegre: FIUC/EDIPUCRS, 2004.

MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKY, Beatriz G. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social: a contribuição à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MIN, Marcelo – Agência Fotogramma. **Senhor catando comida do lixo**. Disponível em: <<http://www.fotogramma.com.br/fotoarquivos/000677.html>> Acesso e 31 ago. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

_____. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Lisboa: United Nations Information Centre, 2000.

NALIN, Nilene Maria. **Os Significados da Moradia: um recorte a partir dos processos de reassentamento em porto alegre**. 172 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Alexandre Luiz Alves de. Darwin e darwinismo social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 172, 25 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4633>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

PAUGAM, Serge. Fragilização e Ruptura dos Vínculos Sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 60, p. 41-59, jul. 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano. In: **Relatório do Desenvolvimento Humano 1997**. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2008a.

_____. Glossário de Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. In: **Relatório do Desenvolvimento Humano 2000**. Brasília: 2000. Disponível em: < Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento >. Acesso em: 14 jun. 2008b.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **As oito metas do milênio**. Disponível em: <<http://trajedia.zip.net/images/8metas2.jpg>> Acesso em: 02 set. 2009.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PPGSS – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/uni/poa/fss/>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

_____. **Comissão Científica**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/uni/poa/famed/>> Acesso em: 30 out. 2008.

_____. Serviço de Referência da Biblioteca Central da PUCRS. **Modelo Para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, Teses e Dissertações Elaborado Pela Biblioteca Central Irmão José Otão**. Disponível em: <<http://webapp.pucrs.br/bcmodelos/LoginControl>> Acesso em: 21 out. 2009.

_____. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Orientações para apresentação de citações em documentos segundo NBR 10520**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca/Capa/BCEPesquisa/BCEPesquisaModelos>>. Acesso em: 26 out. 2009.

_____. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo de Referências Elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão. 2008**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca/Capa/BCEPesquisa/BCEPesquisaModelos>>. Acesso em: 26 out. 2009.

PRATES, Jane Cruz. O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social. In: **Temporalis**, Recife: ABEPSS/Ed. Universitária da UFPE, ano V, nº 9, p. 131-146, jan. – jun. 2005.

PREFEITURA de Porto Alegre. **Mapas e Indicadores das Vulnerabilidades Sociais**. Porto Alegre: 2007.

PROGRAMA INCLUSÃO TOTAL – Guia de Informações. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 2004.

RIBEIRO, Eveline Alves. Análise das categorias cidadania/direitos, pobreza e assistência social no discurso oficial do Programa Fome Zero. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, PR: UEPG, v. 1, nº 1, ano 6, p. 163-188, 2006.

RIBERO, X. B. Alguns vinculaciones entre los procesos de exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 65, p. 172-195, mar. 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social - métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Lurdes de Maria L. N.. Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da Justiça. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº67, p. 112-123, set. 2001.

ROLIN, Cássio; et al. Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. In: **Revista Econômica do**

Nordeste. Fortaleza: v. 37, nº 4, p. 512 – 529, out. - dez. 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=391>. Acessado em: 14/06/2008.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, Exclusão Social e Modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** São Paulo: Augurium, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 55, p. 9-38, nov. 1997.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o Programa de Renda Mínima. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 66, p. 76–90, jul. 2001.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e Capitalismo. In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Para compreender a**

pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e "Teorias" de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate.** São Paulo: EDUC, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFRGS; PUC Minas/IDHS; PNUD. **Pobreza e Fome: objetivo 1: erradicar a extrema pobreza e a fome.** Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis 3.** Brasília: ABEPSS, 2001, p. 33-40, jan./jun..

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2006.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>> Acesso em: 31 ago. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Informado - Entrevista

Programa Bolsa Família: autonomia ou dependência?

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal e agrega diferentes programas de auxílio às famílias em um único programa de forma a atender as políticas de atenção às famílias com maior eficiência. Propõe-se a minimizar as expressões da questão social ao beneficiar famílias em situações de pobreza e extrema pobreza com recursos financeiros que possibilitem melhores condições de vida, incluindo-as na sociedade de consumo. Apesar de já existirem programas de transferência de renda, a proposta do Bolsa-Família é nova no que concerne a unificação do benefício e ao ministério que o acompanha. Tem se mostrado eficiente na inclusão das famílias e na melhoria das condições das mesmas, porém não se percebe, após 4 anos de execução do Programa, efetividade em medidas que promovam a emancipação destas famílias.

Esta pesquisa busca contribuir com subsídios para a qualificação do Programa Bolsa Família, no sentido de que possa avançar, propondo alternativas que incidam no desenvolvimento e execução de atividades que promovam os sujeitos a uma situação de autonomia e emancipação. Entende-se que desta forma será possível buscar soluções mais eficazes na construção de uma sociedade mais igualitária diminuindo assim às desigualdades sociais.

Será utilizado um formulário que orientará a entrevista, com duração aproximada de 45 minutos, sendo esta gravada, de modo a garantir fidelidade às idéias expressas durante a mesma. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado ou exposto.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Esta pesquisa está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e será realizada pela mestrandia Paula Fronza, vinculada a esta unidade de ensino. Qualquer esclarecimento, no momento da pesquisa ou posteriormente, poderá ser solicitado à pesquisadora através do telefone (51) 81310327 ou para sua orientadora pelo telefone (51) 33203606. Para qualquer pergunta sobre os direitos como participante deste estudo ou caso se sinta prejudicado pela sua participação, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS (51) 33203345.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____
concordo em participar do processo de investigação proposto.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre, ____/____/2009.

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Informado - Questionário

Programa Bolsa Família: autonomia ou dependência?

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal e agrega diferentes programas de auxílio às famílias em um único programa de forma a atender as políticas de atenção às famílias com maior eficiência. Propõe-se a minimizar as expressões da questão social ao beneficiar famílias em situações de pobreza e extrema pobreza com recursos financeiros que possibilitem melhores condições de vida, incluindo-as na sociedade de consumo. Apesar de já existirem programas de transferência de renda, a proposta do Bolsa-Família é nova no que concerne a unificação do benefício e ao ministério que o acompanha. Tem se mostrado eficiente na inclusão das famílias e na melhoria das condições das mesmas, porém não se percebe, após 4 anos de execução do Programa, efetividade em medidas que promovam a emancipação destas famílias.

Esta pesquisa busca contribuir com subsídios para a qualificação do Programa Bolsa Família, no sentido de que possa avançar, propondo alternativas que incidam no desenvolvimento e execução de atividades que promovam os sujeitos a uma situação de autonomia e emancipação. Entende-se que desta forma será possível buscar soluções mais eficazes na construção de uma sociedade mais igualitária diminuindo assim às desigualdades sociais.

Será utilizado um questionário, com tempo de preenchimento de aproximadamente 45 minutos, sendo este respondido diretamente pelo pesquisado. As instruções quanto ao preenchimento serão fornecidas oralmente diretamente pela mestranda no momento da coleta. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado ou exposto.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Esta pesquisa está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e será realizada pela mestranda Paula Fronza, vinculada a esta unidade de ensino. Qualquer esclarecimento, no momento da pesquisa ou posteriormente, poderá ser solicitado à pesquisadora através do telefone (51) 81310327 ou para sua orientadora pelo telefone (51) 33203606. Para qualquer pergunta sobre os direitos como participante deste estudo ou caso se sinta prejudicado pela sua participação, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS (51) 33203345.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____
concordo em participar do processo de investigação proposto.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre, ____/____/2009.